

**PODER JUDICIÁRIO**  
**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE**  
**CADASTRO DE RESERVA**  
**NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

Relação dos itens cujos gabaritos foram objetos de recurso

**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
O texto classifica-se como poema em prosa, dada a predominância de um olhar lírico sobre o tema tratado e da linguagem figurada.
Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” (ℓ. 9 a 13) é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.
A forma verbal “termine” (ℓ.5), que denota uma ação incerta ou irreal, foi empregada para indicar que a carta que Crick escreveu a seu filho, na realidade, não se encerra com as palavras ‘Muito amor, papai’ (ℓ. 5 e 6).
A substituição da expressão “e olha que eu moro bem no meio das montanhas” (ℓ. 18 e 19) por <b>embora eu more entre montanhas</b> manteria a coerência do trecho no qual se insere, mas alteraria seu nível de formalidade.
O vocábulo “os” (ℓ.27) remete a “sinônimos” (ℓ.26).
A substituição da expressão “Olhei com mais atenção” (ℓ.30) por <b>Atentei-me para</b> manteria o sentido geral e a correção gramatical do trecho original.
A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.
O vocábulo “valentona” (ℓ.27) foi empregado em referência a “mulher” (ℓ.28).
O vocábulo se recebe a mesma classificação em “se julgam” (ℓ.6) e “se castigam” (ℓ.21).
Caso se isolasse por vírgulas o trecho “que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida” (ℓ. 1 e 2), seria pertinente inferir que o autor se referisse a um rapaz já anteriormente mencionado, ou conhecido do interlocutor.
Feitos os devidos ajustes de pontuação, a retirada do trecho “Eles, não” (ℓ.13) manteria o sentido geral do texto, porém reduziria a ênfase com a qual o autor se refere à crueldade dos “noivos assassinos” (ℓ. 9 e 10).
O autor emprega a expressão “De resto” (ℓ.17) para se referir a outros homens além dos “maridos que matavam as esposas adúlteras” (ℓ. 15 e 16) e dos “noivos que matam as ex-noivas” (ℓ.16).
Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, a forma verbal “deseje” (ℓ.18) poderia ser substituída por <b>aspire a</b> .
Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.
Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.
O trecho a seguir é adequado, quanto ao formato e à linguagem, para compor um memorando destinado à comunicação entre os seguintes setores do Superior Tribunal Militar: Diretoria de Pessoal e Coordenadoria do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (JMU).
Em 8 de fevereiro de 2018
Ao Senhor Coordenador do Plano de Saúde da JMU

Assunto: Inclusão de novos servidores no plano de saúde do órgão

O trecho a seguir está em conformidade com o padrão culto da língua portuguesa, sendo, por isso, adequado para compor uma redação oficial.

No momento que o infrator se apresenta ou é recapturado em 10 dias, é desclassificado para o art. 187 do CPM, a deserção especial prevista no art. 190 do mesmo diploma legal,

O ofício e o aviso são idênticos quanto à finalidade: ambos tratam de assuntos oficiais entre órgãos da administração pública.

Os órgãos de imprensa poderão credenciar profissionais junto ao Superior Tribunal Militar, mas o presidente do tribunal poderá exigir a substituição dos respectivos representantes, caso se apliquem alguns dos motivos previstos no regimento interno da corte para tal fim.

É vedado ao Superior Tribunal Militar declarar a inconstitucionalidade de ato normativo do poder público, salvo se incidentalmente e pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

A distribuição de processos aos magistrados do Superior Tribunal Militar é feita por sorteio ou prevenção, exceto ao presidente do tribunal e aos ministros ausentes e licenciados por mais de trinta dias.

No julgamento de representação contra magistrado, em que se decidirá por sua permanência ou não no cargo, exige-se a presença e o voto em plenário de todos os ministros em exercício.

A promoção para o cargo de juiz-auditor, além de dispensar a posse, independe do assentimento do magistrado.

O vice-presidente do Superior Tribunal Militar exerce função judicante e relata processos a ele distribuídos.

A penalidade de advertência em desfavor de servidor do Superior Tribunal Militar que cometer infração disciplinar deverá ser aplicada reservadamente e constar em seus assentos funcionais.

É dever fundamental do servidor da justiça militar da União se abster do exercício de sua função com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.

Compete à Comissão de Ética da Justiça Militar da União opinar publicamente sobre o desempenho funcional de autoridades da justiça militar da União.

É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.

Mediante solicitação, assegura-se à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, contas, extratos, recibos e cobranças de tributos de maneira acessível.

**Situação hipotética:** Um servidor público federal, portador de deficiência que lhe acarreta redução da mobilidade, realizou exame médico periódico no qual se atestou que, se submetido a determinada intervenção cirúrgica, o servidor recuperaria sua mobilidade plena. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, conforme o estatuto em apreço, o servidor pode ser obrigado a submeter-se à referida intervenção cirúrgica, uma vez que se trata de melhor opção para sua saúde.

É obrigatória a disponibilização de recursos de acessibilidade, para o devido uso da pessoa com deficiência, em sítios da Internet mantidos por empresas com representação comercial no Brasil, de modo a garantir o acesso à informação.

É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual possa obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

O fato de o texto constitucional ter sido alterado quase cem vezes em razão de emendas constitucionais não é suficiente para classificar a vigente Constituição Federal brasileira como flexível.

O Superior Tribunal Militar é composto por quinze ministros vitalícios, que, por serem todos oficiais oriundos das Forças Armadas, devem ser brasileiros natos.

Se um militar for denunciado pela prática de um delito que seja tipificado tanto na legislação penal comum quanto no Código Penal Militar, a justiça militar será a competente para processar e julgar eventual <i>habeas corpus</i> impetrado pelo referido militar.
A Constituição Federal de 1988 prevê de maneira expressa que os crimes militares contra a vida, culposos e dolosos, sejam julgados pelo tribunal do júri específico da justiça castrense.
O hábito de utilizar as novas tecnologias de comunicação é típico do comportamento de uma nova geração de servidores públicos, mas dificulta o acesso dos usuários às ferramentas que permitem opinar sobre a qualidade dos serviços prestados pelo órgão.
No caso em questão, empatia e compreensão mútua são atributos que podem estar contidos nas maneiras de atendimento priorizadas por ambos os grupos de servidores.
Na hipótese considerada, é adequado o posicionamento dos servidores com mais tempo de serviço, devido ao fato de o atendimento presencial ser suficiente para a comunicabilidade requerida no atendimento.
No caso em apreço, é necessário que ambos os grupos de servidores aceitem as diferenças e sejam colaborativos e participativos, para que haja bom relacionamento interpessoal e sinergia no trabalho em equipe.
as relações interpessoais deixam de ser evidenciadas nos atendimentos realizados integralmente via canais eletrônicos.
ao se orientar quanto aos procedimentos a serem adotados pelos cidadãos que se dirigem diretamente ao órgão público, alcança-se a eficácia no comportamento interpessoal entre servidor e cliente.
cidadãos que nasceram em um mundo conectado em rede podem identificar eficiência nos formatos de atendimento eletrônico.
No processador de textos Word do ambiente Microsoft Office 2010, é possível incluir um índice no documento que estiver sendo editado; para tanto, é necessário selecionar o título ou parte do texto que se deseje incluir como palavra do índice, por meio da opção Marcar Entrada.
No Painel de Controle do Windows 7, pode-se ter acesso à categoria Rede e Internet, na qual se podem executar atividades como, por exemplo, becape e configurações do <i>firewall</i> do Windows para se restringir acesso a sítios indesejados.
No ambiente Windows 7, um arquivo, ao ser deletado, é enviado para a Lixeira, de onde poderá ser recuperado por meio da opção Restaurar.
No Google Chrome, o Menu de Configurações oferece a opção de importar os arquivos de favoritos e configurações, no caso de se aproveitar a lista de sítios favoritos e a lista de senhas de acesso salvas, para uso em outros <i>browsers</i> ou outros dispositivos e computadores.

**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
O texto classifica-se como poema em prosa, dada a predominância de um olhar lírico sobre o tema tratado e da linguagem figurada.
Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” (ℓ. 9 a 13) é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.
A substituição da expressão “e olha que eu moro bem no meio das montanhas” (ℓ. 18 e 19) por <b>embora eu more entre montanhas</b> manteria a coerência do trecho no qual se insere, mas alteraria seu nível de formalidade.
O vocábulo “os” (ℓ.27) remete a “sinônimos” (ℓ.26).
Caso se isolasse por vírgulas o trecho “que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida” (ℓ. 1 e 2), seria pertinente inferir que o autor se referisse a um rapaz já anteriormente mencionado, ou conhecido do interlocutor.

Feitos os devidos ajustes de pontuação, a retirada do trecho “Eles, não” (ℓ.13) manteria o sentido geral do texto, porém reduziria a ênfase com a qual o autor se refere à crueldade dos “noivos assassinos” (ℓ. 9 e 10).

O autor emprega a expressão “De resto” (ℓ.17) para se referir a outros homens além dos “maridos que matavam as esposas adúlteras” (ℓ. 15 e 16) e dos “noivos que matam as ex-noivas” (ℓ.16).

Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, a forma verbal “deseje” (ℓ.18) poderia ser substituída por **aspire a**.

A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.

O vocábulo “valentona” (ℓ.27) foi empregado em referência a “mulher” (ℓ.28).

O vocábulo se recebe a mesma classificação em “se julgam” (ℓ.6) e “se castigam” (.21).

O trecho a seguir é adequado, quanto ao formato e à linguagem, para compor um memorando destinado à comunicação entre os seguintes setores do Superior Tribunal Militar: Diretoria de Pessoal e Coordenadoria do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (JMU).

Em 8 de fevereiro de 2018

Ao Senhor Coordenador do Plano de Saúde da JMU

Assunto: Inclusão de novos servidores no plano de saúde do órgão

O trecho a seguir está em conformidade com o padrão culto da língua portuguesa, sendo, por isso, adequado para compor uma redação oficial.

No momento que o infrator se apresenta ou é recapturado em 10 dias, é desclassificado para o art. 187 do CPM, a deserção especial prevista no art. 190 do mesmo diploma legal,

O ofício e o aviso são idênticos quanto à finalidade: ambos tratam de assuntos oficiais entre órgãos da administração pública.

Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.

Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.

In text, “Mostly” (ℓ.15) is synonymous with **Particularly**.

Verification and maintenance are associated outcomes in a structure of software methods.

A distribuição de processos aos magistrados do Superior Tribunal Militar é feita por sorteio ou prevenção, exceto ao presidente do tribunal e aos ministros ausentes e licenciados por mais de trinta dias.

No julgamento de representação contra magistrado, em que se decidirá por sua permanência ou não no cargo, exige-se a presença e o voto em plenário de todos os ministros em exercício.

A promoção para o cargo de juiz-auditor, além de dispensar a posse, independe do assentimento do magistrado.

Os órgãos de imprensa poderão credenciar profissionais junto ao Superior Tribunal Militar, mas o presidente do tribunal poderá exigir a substituição dos respectivos representantes, caso se apliquem alguns dos motivos previstos no regimento interno da corte para tal fim.

É vedado ao Superior Tribunal Militar declarar a inconstitucionalidade de ato normativo do poder público, salvo se incidentalmente e pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

O vice-presidente do Superior Tribunal Militar exerce função judicante e relata processos a ele distribuídos.

A penalidade de advertência em desfavor de servidor do Superior Tribunal Militar que cometer infração disciplinar deverá ser aplicada reservadamente e constar em seus assentos funcionais.

É dever fundamental do servidor da justiça militar da União se abster do exercício de sua função com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.

Compete à Comissão de Ética da Justiça Militar da União opinar publicamente sobre o desempenho funcional de autoridades da justiça militar da União.

É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

**Situação hipotética:** Um servidor público federal, portador de deficiência que lhe acarreta redução da mobilidade, realizou exame médico periódico no qual se atestou que, se submetido a determinada intervenção cirúrgica, o servidor recuperaria sua mobilidade plena. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, conforme o estatuto em apreço, o servidor pode ser obrigado a submeter-se à referida intervenção cirúrgica, uma vez que se trata de melhor opção para sua saúde.

É obrigatória a disponibilização de recursos de acessibilidade, para o devido uso da pessoa com deficiência, em sítios da Internet mantidos por empresas com representação comercial no Brasil, de modo a garantir o acesso à informação.

É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual possa obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Mediante solicitação, assegura-se à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, contas, extratos, recibos e cobranças de tributos de maneira acessível.

É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

O fato de o texto constitucional ter sido alterado quase cem vezes em razão de emendas constitucionais não é suficiente para classificar a vigente Constituição Federal brasileira como flexível.

O Superior Tribunal Militar é composto por quinze ministros vitalícios, que, por serem todos oficiais oriundos das Forças Armadas, devem ser brasileiros natos.

A Constituição Federal de 1988 prevê de maneira expressa que os crimes militares contra a vida, culposos e dolosos, sejam julgados pelo tribunal do júri específico da justiça castrense.

A Lei de Acesso à Informação obriga que toda a administração pública direta e indireta e também os órgãos do Poder Judiciário promovam, independentemente de requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

Um servidor público federal que, no exercício de sua função, causar dano a terceiros poderá ser demandado diretamente pela vítima em ação indenizatória.

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissivo, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

No caso em questão, empatia e compreensão mútua são atributos que podem estar contidos nas maneiras de atendimento priorizadas por ambos os grupos de servidores.

Na hipótese considerada, é adequado o posicionamento dos servidores com mais tempo de serviço, devido ao fato de o atendimento presencial ser suficiente para a comunicabilidade requerida no atendimento.

No caso em apreço, é necessário que ambos os grupos de servidores aceitem as diferenças e sejam colaborativos e participativos, para que haja bom relacionamento interpessoal e sinergia no trabalho em equipe.

O hábito de utilizar as novas tecnologias de comunicação é típico do comportamento de uma nova geração de servidores públicos, mas dificulta o acesso dos usuários às ferramentas que permitem opinar sobre a qualidade dos serviços prestados pelo órgão.

as relações interpessoais deixam de ser evidenciadas nos atendimentos realizados integralmente via canais eletrônicos.

cidadãos que nasceram em um mundo conectado em rede podem identificar eficiência nos formatos de atendimento eletrônico.

ao se orientar quanto aos procedimentos a serem adotados pelos cidadãos que se dirigem diretamente ao órgão público, alcança-se a eficácia no comportamento interpessoal entre servidor e cliente.

**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (EXCETO PARA OS CARGOS 1, 2 E 8)**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
O texto classifica-se como poema em prosa, dada a predominância de um olhar lírico sobre o tema tratado e da linguagem figurada.
Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” (ℓ. 9 a 13) é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.
A forma verbal “termine” (ℓ.5), que denota uma ação incerta ou irreal, foi empregada para indicar que a carta que Crick escreveu a seu filho, na realidade, não se encerra com as palavras ‘Muito amor, papai’ (ℓ. 5 e 6).
A substituição da expressão “e olha que eu moro bem no meio das montanhas” (ℓ. 18 e 19) por <b>embora eu more entre montanhas</b> manteria a coerência do trecho no qual se insere, mas alteraria seu nível de formalidade.
O vocábulo “os” (ℓ.27) remete a “sinônimos” (ℓ.26).
A substituição da expressão “Olhei com mais atenção” (ℓ.30) por <b>Atentei-me para</b> manteria o sentido geral e a correção gramatical do trecho original.
O vocábulo se recebe a mesma classificação em “se julgam” (ℓ.6) e “se castigam” (ℓ.21).
Caso se isolasse por vírgulas o trecho “que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida” (ℓ. 1 e 2), seria pertinente inferir que o autor se referisse a um rapaz já anteriormente mencionado, ou conhecido do interlocutor.
Feitos os devidos ajustes de pontuação, a retirada do trecho “Eles, não” (ℓ.13) manteria o sentido geral do texto, porém reduziria a ênfase com a qual o autor se refere à crueldade dos “noivos assassinos” (ℓ. 9 e 10).
O autor emprega a expressão “De resto” (ℓ.17) para se referir a outros homens além dos “maridos que matavam as esposas adúlteras” (ℓ. 15 e 16) e dos “noivos que matam as ex-noivas” (ℓ.16).
Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, a forma verbal “deseje” (ℓ.18) poderia ser substituída por <b>aspire a</b> .
A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.
O vocábulo “valentona” (ℓ.27) foi empregado em referência a “mulher” (ℓ.28).
O ofício e o aviso são idênticos quanto à finalidade: ambos tratam de assuntos oficiais entre órgãos da administração pública.
Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.
O trecho a seguir é adequado, quanto ao formato e à linguagem, para compor um memorando destinado à comunicação entre os seguintes setores do Superior Tribunal Militar: Diretoria de Pessoal e Coordenadoria do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (JMU).
Em 8 de fevereiro de 2018
Ao Senhor Coordenador do Plano de Saúde da JMU
Assunto: Inclusão de novos servidores no plano de saúde do órgão
A distribuição de processos aos magistrados do Superior Tribunal Militar é feita por sorteio ou prevenção, exceto ao presidente do tribunal e aos ministros ausentes e licenciados por mais de trinta dias.
No julgamento de representação contra magistrado, em que se decidirá por sua permanência ou não no cargo, exige-se a presença e o voto em plenário de todos os ministros em exercício.
A promoção para o cargo de juiz-auditor, além de dispensar a posse, independe do assentimento do magistrado.

Os órgãos de imprensa poderão credenciar profissionais junto ao Superior Tribunal Militar, mas o presidente do tribunal poderá exigir a substituição dos respectivos representantes, caso se apliquem alguns dos motivos previstos no regimento interno da corte para tal fim.

É vedado ao Superior Tribunal Militar declarar a inconstitucionalidade de ato normativo do poder público, salvo se incidentalmente e pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

O vice-presidente do Superior Tribunal Militar exerce função judicante e relata processos a ele distribuídos.

A penalidade de advertência em desfavor de servidor do Superior Tribunal Militar que cometer infração disciplinar deverá ser aplicada reservadamente e constar em seus assentos funcionais.

É dever fundamental do servidor da justiça militar da União se abster do exercício de sua função com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.

Compete à Comissão de Ética da Justiça Militar da União opinar publicamente sobre o desempenho funcional de autoridades da justiça militar da União.

É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

**Situação hipotética:** Um servidor público federal, portador de deficiência que lhe acarreta redução da mobilidade, realizou exame médico periódico no qual se atestou que, se submetido a determinada intervenção cirúrgica, o servidor recuperaria sua mobilidade plena. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, conforme o estatuto em apreço, o servidor pode ser obrigado a submeter-se à referida intervenção cirúrgica, uma vez que se trata de melhor opção para sua saúde.

É obrigatória a disponibilização de recursos de acessibilidade, para o devido uso da pessoa com deficiência, em sítios da Internet mantidos por empresas com representação comercial no Brasil, de modo a garantir o acesso à informação.

É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual possa obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Mediante solicitação, assegura-se à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, contas, extratos, recibos e cobranças de tributos de maneira acessível.

É competência comum da União, dos estados e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

O fato de o texto constitucional ter sido alterado quase cem vezes em razão de emendas constitucionais não é suficiente para classificar a vigente Constituição Federal brasileira como flexível.

O Superior Tribunal Militar é composto por quinze ministros vitalícios, que, por serem todos oficiais oriundos das Forças Armadas, devem ser brasileiros natos.

Se um militar for denunciado pela prática de um delito que seja tipificado tanto na legislação penal comum quanto no Código Penal Militar, a justiça militar será a competente para processar e julgar eventual *habeas corpus* impetrado pelo referido militar.

A Constituição Federal de 1988 prevê de maneira expressa que os crimes militares contra a vida, culposos e dolosos, sejam julgados pelo tribunal do júri específico da justiça castrense.

A Lei de Acesso à Informação obriga que toda a administração pública direta e indireta e também os órgãos do Poder Judiciário promovam, independentemente de requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

Caso seja cedido para exercício de função de confiança em determinado estado da Federação, o servidor de carreira dos quadros de pessoal do Poder Judiciário continuará recebendo adicional de qualificação em razão dos conhecimentos adquiridos em ações de treinamento e cursos.

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissivo, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

Um servidor público federal que, no exercício de sua função, causar dano a terceiros poderá ser demandado diretamente pela vítima em ação indenizatória.

No caso em apreço, é necessário que ambos os grupos de servidores aceitem as diferenças e sejam colaborativos e participativos, para que haja bom relacionamento interpessoal e sinergia no trabalho em equipe.
O hábito de utilizar as novas tecnologias de comunicação é típico do comportamento de uma nova geração de servidores públicos, mas dificulta o acesso dos usuários às ferramentas que permitem opinar sobre a qualidade dos serviços prestados pelo órgão.
No caso em questão, empatia e compreensão mútua são atributos que podem estar contidos nas maneiras de atendimento priorizadas por ambos os grupos de servidores.
Na hipótese considerada, é adequado o posicionamento dos servidores com mais tempo de serviço, devido ao fato de o atendimento presencial ser suficiente para a comunicabilidade requerida no atendimento.
as relações interpessoais deixam de ser evidenciadas nos atendimentos realizados integralmente via canais eletrônicos.
ao se orientar quanto aos procedimentos a serem adotados pelos cidadãos que se dirigem diretamente ao órgão público, alcança-se a eficácia no comportamento interpessoal entre servidor e cliente.
cidadãos que nasceram em um mundo conectado em rede podem identificar eficiência nos formatos de atendimento eletrônico.
No processador de textos Word do ambiente Microsoft Office 2010, é possível incluir um índice no documento que estiver sendo editado; para tanto, é necessário selecionar o título ou parte do texto que se deseje incluir como palavra do índice, por meio da opção Marcar Entrada.
No Painel de Controle do Windows 7, pode-se ter acesso à categoria Rede e Internet, na qual se podem executar atividades como, por exemplo, becape e configurações do <i>firewall</i> do Windows para se restringir acesso a sítios indesejados.
No Google Chrome, o Menu de Configurações oferece a opção de importar os arquivos de favoritos e configurações, no caso de se aproveitar a lista de sítios favoritos e a lista de senhas de acesso salvas, para uso em outros <i>browsers</i> ou outros dispositivos e computadores.

## PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 8: ALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

### REDAÇÃO DO ITEM

O texto classifica-se como poema em prosa, dada a predominância de um olhar lírico sobre o tema tratado e da linguagem figurada.
Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” (ℓ. 9 a 13) é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.
A forma verbal “termine” (ℓ.5), que denota uma ação incerta ou irreal, foi empregada para indicar que a carta que Crick escreveu a seu filho, na realidade, não se encerra com as palavras ‘Muito amor, papai’ (ℓ. 5 e 6).
A substituição da expressão “e olha que eu moro bem no meio das montanhas” (ℓ. 18 e 19) por <b>embora eu more entre montanhas</b> manteria a coerência do trecho no qual se insere, mas alteraria seu nível de formalidade.
O vocábulo “os” (ℓ.27) remete a “sinônimos” (ℓ.26).
A substituição da expressão “Olhei com mais atenção” (ℓ.30) por <b>Atentei-me para</b> manteria o sentido geral e a correção gramatical do trecho original.
O autor emprega a expressão “De resto” (ℓ.17) para se referir a outros homens além dos “maridos que matavam as esposas adúlteras” (ℓ. 15 e 16) e dos “noivos que matam as ex-noivas” (ℓ.16).
Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, a forma verbal “deseje” (ℓ.18) poderia ser substituída por <b>aspire a</b> .
A ideia principal do último parágrafo do texto é a de que as mulheres não devem ser penalizadas em razão das decisões que tomam a respeito de seus sentimentos.
O vocábulo “valentona” (ℓ.27) foi empregado em referência a “mulher” (ℓ.28).



O vocábulo se recebe a mesma classificação em “se julgam” (ℓ.6) e “se castigam” (ℓ.21).
Caso se isolasse por vírgulas o trecho “que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida” (ℓ. 1 e 2), seria pertinente inferir que o autor se referisse a um rapaz já anteriormente mencionado, ou conhecido do interlocutor.
Feitos os devidos ajustes de pontuação, a retirada do trecho “Eles, não” (ℓ.13) manteria o sentido geral do texto, porém reduziria a ênfase com a qual o autor se refere à crueldade dos “noivos assassinos” (ℓ. 9 e 10).
O ofício e o aviso são idênticos quanto à finalidade: ambos tratam de assuntos oficiais entre órgãos da administração pública.
Na redação de súmulas, dado seu caráter técnico, devem-se empregar, sempre que possível, jargões.
Em um documento a ser enviado pelo ministro presidente do Superior Tribunal Militar ao ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos (remetente e destinatário) ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.
O trecho a seguir é adequado, quanto ao formato e à linguagem, para compor um memorando destinado à comunicação entre os seguintes setores do Superior Tribunal Militar: Diretoria de Pessoal e Coordenadoria do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (JMU).
Em 8 de fevereiro de 2018
Ao Senhor Coordenador do Plano de Saúde da JMU
Assunto: Inclusão de novos servidores no plano de saúde do órgão
O trecho a seguir está em conformidade com o padrão culto da língua portuguesa, sendo, por isso, adequado para compor uma redação oficial.
No momento que o infrator se apresenta ou é recapturado em 10 dias, é desclassificado para o art. 187 do CPM, a deserção especial prevista no art. 190 do mesmo diploma legal,
O oficial-general das Forças Armadas que cometer crime será processado e julgado pelo Superior Tribunal Militar somente se o crime de que ele for acusado constituir crime militar.
A distribuição dos processos de conselho de justificação será eletrônica e, alternadamente, o relator será um ministro militar e um ministro civil.
<b>Situação hipotética:</b> Em 2017, Cláudio e Sílvio, servidores do Superior Tribunal Militar, cometeram, em momentos distintos e sem conexão das ações, irregularidades no exercício da função. A penalidade para a conduta de Cláudio enseja suspensão por até trinta dias, e a de Sílvio, demissão. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, para apurar as irregularidades cometidas por ambos, o presidente do tribunal deverá instaurar um processo disciplinar para cada caso, sendo vedada a instauração de sindicâncias para a aplicação das possíveis penalidades.
Se a inicial de um mandado de segurança impetrado no Superior Tribunal Militar for indeferida pelo relator, caberá agravo regimental contra a decisão.
Caso a admissibilidade de um recurso em processo no âmbito do Superior Tribunal Militar tenha sido negada pelo ministro relator, essa decisão firmará a prevenção de todos os processos vinculados ao primeiro por conexão ou continência.
Órgãos componentes da justiça militar, os conselhos de justiça têm competência para decretar a prisão preventiva de acusados.
Se um sargento das Forças Armadas cometer crime militar, um conselho especial de justiça deverá ser constituído para processá-lo e julgá-lo. Esse órgão será dissolvido após a conclusão de seus trabalhos, podendo se reunir novamente se houver diligência determinada pela instância superior.
É dever fundamental do servidor da justiça militar da União se abster do exercício de sua função com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.
Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética da Justiça Militar da União serão remunerados, uma vez que as atribuições de seus membros se cumulam às inerentes aos seus cargos efetivos, cargos em comissão ou funções comissionadas.

Compete à Comissão de Ética da Justiça Militar da União opinar publicamente sobre o desempenho funcional de autoridades da justiça militar da União.
É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.
Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.
É obrigatória a disponibilização de recursos de acessibilidade, para o devido uso da pessoa com deficiência, em sítios da Internet mantidos por empresas com representação comercial no Brasil, de modo a garantir o acesso à informação.
É considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto ou longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual possa obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
Mediante solicitação, assegura-se à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, contas, extratos, recibos e cobranças de tributos de maneira acessível.
<b>Situação hipotética:</b> Um servidor público federal, portador de deficiência que lhe acarreta redução da mobilidade, realizou exame médico periódico no qual se atestou que, se submetido a determinada intervenção cirúrgica, o servidor recuperaria sua mobilidade plena. <b>Assertiva:</b> Nessa situação hipotética, conforme o estatuto em apreço, o servidor pode ser obrigado a submeter-se à referida intervenção cirúrgica, uma vez que se trata de melhor opção para sua saúde.
Se, para a administração pública, os custos para a promoção de acessibilidade no local de trabalho forem, aproximadamente, quatro vezes superiores aos da opção pelo sistema <i>home office</i> , o servidor público com mobilidade reduzida será obrigado a utilizar esse sistema.
No caso em apreço, é necessário que ambos os grupos de servidores aceitem as diferenças e sejam colaborativos e participativos, para que haja bom relacionamento interpessoal e sinergia no trabalho em equipe.
O hábito de utilizar as novas tecnologias de comunicação é típico do comportamento de uma nova geração de servidores públicos, mas dificulta o acesso dos usuários às ferramentas que permitem opinar sobre a qualidade dos serviços prestados pelo órgão.
No caso em questão, empatia e compreensão mútua são atributos que podem estar contidos nas maneiras de atendimento priorizadas por ambos os grupos de servidores.
Na hipótese considerada, é adequado o posicionamento dos servidores com mais tempo de serviço, devido ao fato de o atendimento presencial ser suficiente para a comunicabilidade requerida no atendimento.
ao se orientar quanto aos procedimentos a serem adotados pelos cidadãos que se dirigem diretamente ao órgão público, alcança-se a eficácia no comportamento interpessoal entre servidor e cliente.
a posição rígida quanto ao formato de atendimento praticado pelo órgão público repercutirá favoravelmente entre os cidadãos, independentemente de faixa etária e classe social.
cidadãos que nasceram em um mundo conectado em rede podem identificar eficiência nos formatos de atendimento eletrônico.
as relações interpessoais deixam de ser evidenciadas nos atendimentos realizados integralmente via canais eletrônicos.
No ambiente Windows 7, um arquivo, ao ser deletado, é enviado para a Lixeira, de onde poderá ser recuperado por meio da opção Restaurar.
No processador de textos Word do ambiente Microsoft Office 2010, é possível incluir um índice no documento que estiver sendo editado; para tanto, é necessário selecionar o título ou parte do texto que se deseje incluir como palavra do índice, por meio da opção Marcar Entrada.
No Google Chrome, o Menu de Configurações oferece a opção de importar os arquivos de favoritos e configurações, no caso de se aproveitar a lista de sítios favoritos e a lista de senhas de acesso salvas, para uso em outros <i>browsers</i> ou outros dispositivos e computadores.

No Painel de Controle do Windows 7, pode-se ter acesso à categoria Rede e Internet, na qual se podem executar atividades como, por exemplo, becape e configurações do *firewall* do Windows para se restringir acesso a sítios indesejados.

No Windows 7, a opção de segurança Proteção para a Família disponibiliza um pacote de ferramentas contra *spywares* e vírus gratuito chamado Windows Defender.

## PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

### REDAÇÃO DO ITEM

O texto pode ser considerado informal pela presença dos vocábulos “videoclipes”, “videogames” e da expressão “jogos de tabuleiro” no primeiro parágrafo.

A autora utiliza o termo “tudo” (ℓ.5) para se referir a uma ampla quantidade de experiências, objetos e produtos que constituem e(ou) comportam uma sequência articulada de eventos.

O vocábulo “antes” (ℓ.19) indica, no contexto em que se insere, circunstância temporal.

Há cerca de três décadas, em contextos históricos, culturais e literários, o termo narrativa passou a ser considerado um sinônimo de narração.

Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais do texto, o termo “encadeados” (ℓ.4) poderia ser substituído pela oração **que se encadeiam**.

Dadas a temática apresentada e a presença de referências temporais, como as expressões “nas últimas décadas” (ℓ.14) e “dos anos 80 do século XX para cá” (ℓ.17), o texto classifica-se como narrativo.

Ao narrar a história do macaco Alemão e ao comentar a vida dos tigres-de-bengala nascidos em cativeiro, a autora remete à perspectiva de visitar zoológicos que ela classifica como “sem inocência” (ℓ.19).

A forma verbal “passara” (ℓ.5) denota um fato ocorrido antes de duas outras ações também já concluídas, as quais são descritas nos dois períodos imediatamente anteriores ao período em que ela se insere.

Sem prejudicar a correção gramatical tampouco alterar o sentido do trecho, a expressão “serve para” (ℓ.10) poderia ser substituída por **convém à**.

A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o período “Ele pode então (...) sua vida” (ℓ. 14 e 15) fosse assim reescrito: Para o apartamento financiado em quinze anos, pode ele voltar então, contente com sua vida.

Ao mencionar o “que poderia ter sido” (ℓ.31), a autora refere-se a uma vida de liberdade, na natureza, na qual, entre outras ações, os tigres-de-bengala poderiam caçar sua própria comida.

Ao empregar o termo “nem sequer” (ℓ.26), a autora reforça a contraposição entre adivinhar “as selvas úmidas da Ásia” (ℓ. 25 e 26) e não reconhecer as estrelas.

Considerando-se o emprego dos pronomes de tratamento na referida correspondência oficial, estaria correta a substituição do trecho Convido-o por **Convido Vossa Excelência**.

O documento apresentado é um memorando, já que visa à comunicação interna ao Poder Judiciário, de modo que o assunto deveria suceder o vocativo.

Caso o documento hipotético em questão tenha sido enviado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do Superior Tribunal Militar, no documento de confirmação enviado à autoridade emissora, deverá ser empregado o pronome de tratamento **Vossa Senhoria**.

A linguagem empregada no texto é inadequada à correspondência oficial, por sua informalidade e simplicidade.

Nas sessões administrativas do Superior Tribunal Militar, seu presidente não participará das discussões nem proferirá voto.

Se o pedido de reconsideração sobre o ato de um servidor do Superior Tribunal Militar for indeferido, o interessado poderá apresentar recurso administrativo ao presidente do tribunal, que proferirá decisão irrecurável.

Nos dias em que houver sessão no Superior Tribunal Militar, a Bandeira Nacional e o estandarte do tribunal terão, ambos, de ser hasteados às oito horas e arriados às dezoito horas.

<p>O oficial-general das Forças Armadas que for nomeado como ministro do Superior Tribunal Militar pelo presidente da República, ao tomar posse nesse cargo, deixará, automaticamente, o serviço ativo da respectiva instituição.</p>
<p>Os prazos processuais no Superior Tribunal Militar correm da publicação do ato ou do aviso no Diário da Justiça Eletrônico ou da ciência ou intimação das partes, nos casos previstos em lei ou no próprio regimento do tribunal, devendo todas as intimações e notificações ser feitas por meio eletrônico.</p>
<p>A antiguidade entre os ministros do Superior Tribunal Militar é contada a partir da posse, porém, caso dois ministros militares tenham tomado posse no mesmo dia, deverá ser adotado, para esse cálculo, o critério da antiguidade na carreira militar.</p>
<p>Durante as férias forenses, o presidente do Superior Tribunal Militar poderá conceder liminar em <i>habeas corpus</i>, sendo-lhe facultado ouvir previamente o Ministério Público.</p>
<p>O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.</p>
<p>Os servidores da justiça militar da União têm o dever fundamental de representar contra comprometimento indevido da estrutura da administração pública, independentemente da hierarquia a que estejam subordinados.</p>
<p>Enquanto a ética é pautada pela universalidade, apresentando cunho filosófico, a moral é influenciada por fatores sociais e históricos, constituindo um conjunto de normas de conduta destinadas a ordenar o comportamento humano.</p>
<p>o agente público que revelar, para pessoa de sua confiança, fato de que tem ciência em razão de suas atribuições e sobre o qual deveria manter segredo cometerá conduta antiética, não se configurando, nesse caso, ato de improbidade administrativa.</p>
<p>Os serviços de saúde pública destinados a pessoas com deficiência devem assegurar atendimento psicológico, inclusive para os seus familiares.</p>
<p>Nos serviços de emergência, o direito da pessoa com deficiência a receber atendimento prioritário será condicionado aos protocolos de atendimento médico.</p>
<p>Os serviços notariais e de registro podem criar condições diferenciadas para a prestação de serviços em razão de deficiência do solicitante.</p>
<p>A colocação competitiva da pessoa com deficiência em igualdade de oportunidade com as demais pessoas no seu local de trabalho constitui uma forma de discriminação e exclusão.</p>
<p>A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para o exercício do direito à adoção.</p>
<p>Em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, compete privativamente à União legislar sobre requisições militares.</p>
<p>Constitui regra de garantia do direito humano fundamental ao meio ambiente a possibilidade de qualquer cidadão ser legitimado a propor ação popular visando à anulação de ato lesivo ao meio ambiente.</p>
<p>No Superior Tribunal Militar, poderá ser constituído órgão especial para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas de competência do tribunal pleno.</p>
<p><b>Situação hipotética:</b> Com a pretensão de candidatar-se a cargo eletivo, determinado militar, com cinco anos de serviço, fez, de forma regular, o pedido de registro de sua candidatura. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, após ser eleito, o militar deverá afastar-se de sua atividade pelo período do mandato eletivo, devendo retornar ao serviço após o seu término.</p>
<p>De acordo com o princípio constitucional da reserva legal, as normas que preveem os crimes militares são taxativas, devendo tais crimes estar tipificados em dispositivo próprio e específico.</p>
<p>o relacionamento entre os servidores que se ausentam nos dias das escalas e aqueles que suprem as ausências pode tornar-se conflituoso em razão das diferenças dos comportamentos interpessoais e da quebra da confiança.</p>
<p>as ausências das escalas são atitudes que passam despercebidas pela opinião pública; por isso, é dispensável qualquer tipo de intervenção do gestor responsável pelo setor em que os servidores faltosos estiverem lotados.</p>

conflitos com clientes e ausências nas escalas são problemas de má conduta no comportamento dos servidores e podem estar relacionados à falta de interesse pelos assuntos, podendo, ainda, comprometer a cortesia e urbanidade no relacionamento com os clientes.
estão evidenciados o comportamento defensivo dos servidores que se ausentam nos dias das escalas e o comportamento receptivo em relação ao atendimento ao cliente.
proatividade, simpatia e saber ouvir são comportamentos que favorecerão a melhoria da interação entre os grupos de servidores.
percebe-se que a comunicabilidade no órgão em questão ocorre de maneira fluida, em decorrência de os integrantes de um mesmo grupo pactuarem a adoção de comportamentos similares.
a inflexibilidade comportamental de ambos os grupos prejudica o trabalho em equipe e deve ser trabalhada para melhoria dos serviços prestados.
Os arquivos gerados ou utilizados no Windows 7 possuem um nome (livremente criado pelo usuário ou sugerido automaticamente pelo <i>software</i> em uso), seguido de uma extensão que identifica esse <i>software</i> ; por exemplo, .doc para arquivo do Microsoft Word e .xls para arquivo do Microsoft Excel.
Em um documento em edição no processador de textos Word do ambiente Microsoft Office 2010, um duplo clique sobre uma palavra irá selecioná-la, e um clique triplo irá selecionar o parágrafo inteiro.
No ambiente Windows 7, os ícones de atalho facilitam o acesso a determinados locais de rede, arquivos ou endereços, os quais são salvos na área de transferência.
O Google Chrome e o Internet Explorer — programas para navegação na Web — possuem opção para se apagar o histórico de navegações, a qual faz que os sítios visitados sejam bloqueados e não mais sejam visitados pelo usuário.

**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 10: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**

REDAÇÃO DO ITEM
A autora utiliza o termo “tudo” (ℓ.5) para se referir a uma ampla quantidade de experiências, objetos e produtos que constituem e(ou) comportam uma sequência articulada de eventos.
O vocábulo “antes” (ℓ.19) indica, no contexto em que se insere, circunstância temporal.
Há cerca de três décadas, em contextos históricos, culturais e literários, o termo narrativa passou a ser considerado um sinônimo de narração.
Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos originais do texto, o termo “encadeados” (ℓ.4) poderia ser substituído pela oração <b>que se encadeiam</b> .
Dadas a temática apresentada e a presença de referências temporais, como as expressões “nas últimas décadas” (ℓ.14) e “dos anos 80 do século XX para cá” (ℓ.17), o texto classifica-se como narrativo.
O texto pode ser considerado informal pela presença dos vocábulos “videoclipes”, “videogames” e da expressão “jogos de tabuleiro” no primeiro parágrafo.
Ao narrar a história do macaco Alemão e ao comentar a vida dos tigres-de-bengala nascidos em cativeiro, a autora remete à perspectiva de visitar zoológicos que ela classifica como “sem inocência” (ℓ.19).
A forma verbal “passara” (ℓ.5) denota um fato ocorrido antes de duas outras ações também já concluídas, as quais são descritas nos dois períodos imediatamente anteriores ao período em que ela se insere.
Sem prejudicar a correção gramatical tampouco alterar o sentido do trecho, a expressão “serve para” (ℓ.10) poderia ser substituída por <b>convém à</b> .
A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o período “Ele pode então (...) sua vida” (ℓ. 14 e 15) fosse assim reescrito: Para o apartamento financiado em quinze anos, pode ele voltar então, contente com sua vida.
Ao mencionar o “que poderia ter sido” (ℓ.31), a autora refere-se a uma vida de liberdade, na natureza, na qual, entre outras ações, os tigres-de-bengala poderiam caçar sua própria comida.

<p>O documento apresentado é um memorando, já que visa à comunicação interna ao Poder Judiciário, de modo que o assunto deveria suceder o vocativo.</p>
<p>Caso o documento hipotético em questão tenha sido enviado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do Superior Tribunal Militar, no documento de confirmação enviado à autoridade emissora, deverá ser empregado o pronome de tratamento <b>Vossa Senhoria</b>.</p>
<p>A linguagem empregada no texto é inadequada à correspondência oficial, por sua informalidade e simplicidade.</p>
<p>Considerando-se o emprego dos pronomes de tratamento na referida correspondência oficial, estaria correta a substituição do trecho Convido-o por <b>Convido Vossa Excelência</b>.</p>
<p>In the text, “abstracting away” (ℓ.16) entails the idea of <b>removing something from somewhere</b>.</p>
<p>Se o pedido de reconsideração sobre o ato de um servidor do Superior Tribunal Militar for indeferido, o interessado poderá apresentar recurso administrativo ao presidente do tribunal, que proferirá decisão irrecorrível.</p>
<p>Nos dias em que houver sessão no Superior Tribunal Militar, a Bandeira Nacional e o estandarte do tribunal terão, ambos, de ser hasteados às oito horas e arriados às dezoito horas.</p>
<p>O oficial-general das Forças Armadas que for nomeado como ministro do Superior Tribunal Militar pelo presidente da República, ao tomar posse nesse cargo, deixará, automaticamente, o serviço ativo da respectiva instituição.</p>
<p>Os prazos processuais no Superior Tribunal Militar correm da publicação do ato ou do aviso no Diário da Justiça Eletrônico ou da ciência ou intimação das partes, nos casos previstos em lei ou no próprio regimento do tribunal, devendo todas as intimações e notificações ser feitas por meio eletrônico.</p>
<p>Nas sessões administrativas do Superior Tribunal Militar, seu presidente não participará das discussões nem proferirá voto.</p>
<p>A antiguidade entre os ministros do Superior Tribunal Militar é contada a partir da posse, porém, caso dois ministros militares tenham tomado posse no mesmo dia, deverá ser adotado, para esse cálculo, o critério da antiguidade na carreira militar.</p>
<p>Durante as férias forenses, o presidente do Superior Tribunal Militar poderá conceder liminar em <i>habeas corpus</i>, sendo-lhe facultado ouvir previamente o Ministério Público.</p>
<p>O relativismo moral opõe-se ao etnocentrismo, na medida em que reconhece que a pluralidade e a heterogeneidade das culturas influenciam as regras morais de cada grupo social.</p>
<p>Os servidores da justiça militar da União têm o dever fundamental de representar contra comprometimento indevido da estrutura da administração pública, independentemente da hierarquia a que estejam subordinados.</p>
<p>Enquanto a ética é pautada pela universalidade, apresentando cunho filosófico, a moral é influenciada por fatores sociais e históricos, constituindo um conjunto de normas de conduta destinadas a ordenar o comportamento humano.</p>
<p>Nos serviços de emergência, o direito da pessoa com deficiência a receber atendimento prioritário será condicionado aos protocolos de atendimento médico.</p>
<p>A colocação competitiva da pessoa com deficiência em igualdade de oportunidade com as demais pessoas no seu local de trabalho constitui uma forma de discriminação e exclusão.</p>
<p>A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para o exercício do direito à adoção.</p>
<p>Os serviços de saúde pública destinados a pessoas com deficiência devem assegurar atendimento psicológico, inclusive para os seus familiares.</p>
<p>Em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, compete privativamente à União legislar sobre aquisições militares.</p>
<p>Constitui regra de garantia do direito humano fundamental ao meio ambiente a possibilidade de qualquer cidadão ser legitimado a propor ação popular visando à anulação de ato lesivo ao meio ambiente.</p>
<p><b>Situação hipotética:</b> Com a pretensão de candidatar-se a cargo eletivo, determinado militar, com cinco anos de serviço, fez, de forma regular, o pedido de registro de sua candidatura. <b>Assertiva:</b> Nessa situação,</p>

após ser eleito, o militar deverá afastar-se de sua atividade pelo período do mandato eletivo, devendo retornar ao serviço após o seu término.
De acordo com o princípio constitucional da reserva legal, as normas que preveem os crimes militares são taxativas, devendo tais crimes estar tipificados em dispositivo próprio e específico.
Ao contratar serviços ou obras visando à promoção de baixo impacto sobre recursos naturais, a administração pública atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável.
Se sofrer um acidente que o leve à incapacidade física, o servidor público federal poderá ser readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com as suas limitações, ficando em disponibilidade até a vacância do cargo adequado.
o relacionamento entre os servidores que se ausentam nos dias das escalas e aqueles que suprem as ausências pode tornar-se conflituoso em razão das diferenças dos comportamentos interpessoais e da quebra da confiança.
as ausências das escalas são atitudes que passam despercebidas pela opinião pública; por isso, é dispensável qualquer tipo de intervenção do gestor responsável pelo setor em que os servidores faltosos estiverem lotados.
estão evidenciados o comportamento defensivo dos servidores que se ausentam nos dias das escalas e o comportamento receptivo em relação ao atendimento ao cliente.
proatividade, simpatia e saber ouvir são comportamentos que favorecerão a melhoria da interação entre os grupos de servidores.
a inflexibilidade comportamental de ambos os grupos prejudica o trabalho em equipe e deve ser trabalhada para melhoria dos serviços prestados.

## PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

REDAÇÃO DO ITEM
Adotar ações corretivas na condução do processo administrativo é uma atividade associada à função da administração conhecida como controle.
Em organizações que adotam estratégia genérica de diferenciação, é comum observar tecnologias de produção de uso fácil, manutenção de autoridade centralizada e alto nível de padronização de operações.
O planejamento pode ser aplicado em situações de mudança organizacional, como no caso das chamadas mudanças planejadas, que se baseiam na racionalidade administrativa.
As funções da administração se referem às tarefas típicas associadas ao processo administrativo, que envolvem mobilização de recursos para atingir objetivos organizacionais.
As tarefas de alocar recursos em estruturas organizacionais ou de designá-los a indivíduos correspondem à função da administração conhecida como direção.
As atividades de controle voltadas às áreas internas de uma organização são conhecidas como controles administrativos, que podem referir-se, por exemplo, a análises de relatórios de vendas.
As dimensões que constituem a ferramenta BSC ( <i>balanced scorecard</i> ) incluem a mensuração da aprendizagem organizacional, que permite gerar indicadores sobre os fatores críticos de sucesso para a organização.
Líderes liberais são aqueles que adotam postura consultiva, compartilhando com suas equipes a tomada de decisão.
As teorias sobre motivação nas organizações baseiam-se na premissa de que o comportamento humano não se apresenta de forma aleatória, mas se orienta para a satisfação de necessidades.
Planejamentos estratégicos consideram a relação da organização com o ambiente em que ela atua, enquanto planejamentos operacionais se concentram em metas intraorganizacionais.
Caracterizada por ser uma estrutura de gestão verticalizada, a gestão por processos foca as funções específicas de cada departamento de uma organização e sua participação nas tarefas.

Em uma organização pública, os processos que transformam o conhecimento técnico de servidores em serviços públicos prestados aos clientes são conhecidos como processos centrais à organização.
As decisões que envolvem condições estáticas e dados repetitivos são conhecidas como programadas.
A gestão do risco associado à tomada de decisão se baseia no nível de informação disponível sobre a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, a partir do qual gestores distintos podem tomar decisões diferentes.
Um processo corresponde a uma sequência de tarefas, planejadas ou não, executadas em uma organização sob a condução de um gestor.
A supervisão ministerial sobre a administração indireta pode exercer medida de intervenção por motivo de interesse público.
Se determinado ente da Federação precisar atender a necessidades específicas, ele poderá acrescentar níveis de classificação da receita orçamentária, em adição aos níveis aplicáveis a todos os demais entes.
A lei orçamentária anual permite a consignação de dotações orçamentárias a diferentes unidades administrativas subordinadas a um mesmo órgão público.
Se o Congresso Nacional não receber a proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo no prazo fixado pela Constituição Federal, ele deverá elaborar sua própria proposta orçamentária, sem prejuízo da imposição de sanções cabíveis.
Se houver incompatibilidade entre as normas de planejamento de determinado estado e as normas correspondentes da União, a responsabilidade de identificar o problema e procurar os mecanismos de compatibilização será do sistema de planejamento e de orçamento federal.
Os programas executados de acordo com a técnica do orçamento-programa devem ser zerados ao final do exercício financeiro, a fim de que os órgãos públicos sejam obrigados a demonstrar os custos e benefícios de cada programa, sob pena de descontinuidade dos programas.
O ato de suprimento de fundos constitui uma despesa orçamentária, embora a despesa patrimonial correspondente deva ocorrer somente em momento futuro.
É vedado ao Poder Executivo, para efeito de projeção das receitas orçamentárias, aplicar índices de reajustes de preços sobre as séries históricas de arrecadação.
O recebimento de parcelas da dívida ativa é feito sem alteração nas contas patrimoniais.
Do ponto de vista orçamentário, as despesas públicas correspondem aos decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos, redução de ativos ou incremento em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido.
No final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas deverão ser inscritas em restos a pagar e, assim, constituirão dívida flutuante.
Se o prazo para pagamento de determinada operação de crédito for inferior a doze meses e se as respectivas receitas constarem do orçamento, a operação será incluída na dívida pública consolidada.
Se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social efetuar empréstimos e financiamentos com recursos oriundos do orçamento fiscal, então a prestação de contas das referidas operações deverá ficar disponível para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.
O conceito legal de empresa estatal dependente inclui todas as empresas estatais controladas.
As políticas de gestão de pessoas, embora possam variar em razão do ambiente externo e do contexto interno do órgão, em suma deverão visar, entre outros aspectos, a oportunidade para que os servidores participem dos processos decisórios organizacionais e de programas de capacitação.
Além do alinhamento entre as políticas e práticas de gestão de pessoas, a estratégia e a estrutura da organização, também deverão ser considerados aspectos do ambiente institucional, político, cultural e econômico no qual o órgão se insere.
As políticas de gestão de pessoas devem ser formuladas a partir dos objetivos dos servidores que constituem o grupo que torna efetivo o desempenho organizacional; os demais <i>stakeholders</i> devem ser consultados em seguida, sob pena de estes suprimirem os interesses daqueles.



<p>caso o foco sejam as características do trabalho, o setor de gestão de pessoas deverá incentivar os servidores a usarem capacidades variadas no trabalho e distribuir para eles tarefas que eles julguem importantes e sobre as quais tenham ciência dos resultados visados.</p>
<p>se for constatado que os servidores trabalham no limite de sua capacidade produtiva, o setor de gestão de pessoas poderá melhorar o desempenho da equipe mediante o estabelecimento de um sistema de recompensas com premiações tangíveis e intangíveis.</p>
<p>incentivar a participação dos servidores nos processos de tomada de decisão da área constituirá estratégia gerencial eficaz caso eles não possuam as qualificações e a motivação necessárias à realização das tarefas do setor.</p>
<p>a incorporação dos preceitos da gestão de pessoas por competências no subsistema de avaliação de desempenho tenderá a ser bem-sucedida caso os superiores e os colegas de trabalho comprometam-se com as ações de negociação, planejamento, monitoramento e retroalimentação do desempenho dos servidores do órgão.</p>
<p>o processo de seleção interna para ocupação de postos gerenciais no órgão deverá privilegiar a participação em ações de capacitação, sem as quais não se pode atestar que os candidatos possuem os repertórios necessários ao exercício das funções de gestão determinadas.</p>
<p>os treinamentos no órgão deverão ser entregues para equipes de trabalho, e não para indivíduos ou grupos de trabalho, na medida em que diagnósticos de necessidades de desenvolvimento de competências assumem como referencial de desempenho os objetivos e as metas vinculados aos processos de trabalho da organização.</p>
<p>se o órgão adota o conceito de que competência implica mobilização de capacidades cognitivas e afetivas objetivando padrões superiores de desempenho, então o êxito dos programas de capacitação dependerá do estabelecimento de iniciativas formais de suporte à aprendizagem durante e após as ações instrucionais.</p>
<p>Na administração pública, ao contrário da gestão privada, a otimização de recursos é prioridade secundária com relação à execução de políticas governamentais voltadas ao atendimento do interesse público.</p>
<p>Métricas explícitas de desempenho, controle de resultados e administração de recompensas são características associadas ao paradigma burocrático.</p>
<p>Na década de 60 do século passado, instituiu-se a administração para o desenvolvimento, marcada pela criação de órgãos da administração indireta.</p>
<p>O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.</p>
<p>O empreendedorismo governamental, lançado na década de 90 do século passado, se voltava à redução da burocracia e à promoção de competição, inclusive nos serviços públicos.</p>
<p>Uma das ferramentas típicas da reengenharia, a Certificação ISO 9000, foi adotada pelo gerencialismo, aplicado à administração pública na década de 90 do século passado.</p>
<p>O uso de tecnologia da informação com o propósito de automatizar processos visando a redução de custos é associado às práticas de reengenharia absorvidas pela administração pública.</p>
<p>Excelência nos serviços públicos é uma premissa associada à gestão da qualidade, que a admite como o nível mínimo de qualidade aceito pelo cliente.</p>
<p>O estabelecimento de canais de comunicação direta com os usuários, a agilidade nas respostas dos prestadores de serviços públicos e a adoção de sistemas informacionais flexíveis e transparentes são práticas representativas da visão do cidadão como cliente da administração pública.</p>
<p>A obrigação do agente público de fazer somente o que a lei permite corresponde ao princípio da eficiência, que é associado à administração pública.</p>
<p>O usuário que apresentar solicitação de simplificação para um serviço público deve inserir em seu formulário a descrição dos fatos, o serviço objeto de simplificação e a proposta de melhoria.</p>
<p>O decreto em questão estabelece normas para o atendimento aos usuários dos serviços públicos, que são entendidos como cidadãos, ou seja, somente as pessoas físicas de direito privado.</p>

Documentos comprobatórios de regularidade da situação de usuários dos serviços públicos contendo informações sigilosas podem ser, em regra, fornecidos por órgãos públicos sem a autorização dos referidos usuários.
Carta de Serviços ao Usuário deve ser elaborada por órgãos e entidades do Poder Executivo federal que prestem atendimento a usuários de serviços públicos, ainda que indiretamente.
As funções de confiança, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, só podem ser exercidas por titulares de cargos efetivos.
Após ser empossado, o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado.
No direito brasileiro, constitui objeto do direito administrativo a responsabilidade civil das pessoas jurídicas que causam danos à administração.
A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo é presumido verídico até que haja prova contrária à sua veracidade.
A licença consiste em um ato administrativo unilateral e discricionário.
Realizado pregão eletrônico por meio de sistema de registro de preços, a contratação do objeto será efetivada quando melhor convier aos órgãos integrantes da ata.
A contratação de prestação de serviços de manutenção predial está dentro da esfera do poder discricionário da administração.
Será inexigível a licitação, caso os agentes administrativos com competência técnica para tanto conclua que a característica de determinado objeto atende melhor ao interesse público.
A desistência do interessado quanto a pedido formulado à administração pública impede o prosseguimento do processo.

## **CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
Para melhor compreender o processo e a organização, modelos AS-IS (estado atual) realizam avaliação inicial baseada em fatos documentados e validados; e modelos TO-BE (estado futuro) utilizam simulação para compreender as lacunas no processo atual que impedem a transição para o estado desejado.
No BPMN ( <i>Business Process Model and Notation</i> ), utiliza-se o modelo de uma piscina ( <i>pool</i> ) que contém uma ou mais raias ( <i>lanes</i> ), na(s) qual(is) é possível inserir diversos símbolos, como retângulos arredondados (para representar processos, atividades ou tarefas ou subprocessos), setas (para representar uma sequência de fluxo) e losangos (para, a partir de avaliação de determinada condição, representar caminhos alternativos ou paralelos).
A partir da redefinição dos processos e de suas respectivas atividades e tarefas, os custos associados à mudança dever-se-ão a fatores como resistência das pessoas às mudanças, interesses ocultos, conflitos de interesse e esforço na padronização de processos para aumentar a eficiência organizacional.
O processo de verificação visa assegurar que o sistema atende as expectativas e necessidades do cliente por meio da utilização de técnicas de entrevista como <i>brainstorming</i> , grupos focais ou <i>Delft</i> , a partir das quais são extraídos os requisitos não funcionais.
No Scrum, o <i>product owner</i> , o <i>Scrum master</i> e demais interessados no produto definem o product backlog, estabelecendo os itens a serem desenvolvidos, ordenados a partir dos mais importantes ou relevantes, e respeitando critérios de ordenação que incluem fatores como valor, custo, conhecimento ou risco.
O TDD ( <i>test driven development</i> ) parte de um caso de teste que caracteriza uma melhoria desejada ou nova funcionalidade a ser desenvolvida, de modo a confirmar o comportamento correto e possibilitar a evolução ou refatoração do código.
Tendo por base o modelo incremental, o processo unificado utiliza casos de uso para capturar requisitos funcionais e compreende as fases de concepção, elaboração, construção e transição. Esta última fase busca garantir que todos os requisitos do projeto sejam atendidos e implementados.
Na XP ( <i>Extreme Programming</i> ), programadores trabalham em pares, e requisitos são expressos como cenários, denominados histórias de usuários, os quais são implementados como uma série de tarefas.

Os arquivos lógicos internos são desconsiderados em contagens indicativas, reconhecidos pelo usuário, referenciados pela aplicação sob medição e mantidos dentro da fronteira de outra aplicação.

As funcionalidades de conversão de dados serão contadas como entrada externa, no caso da carga inicial dos dados, e como consultas ou saídas externas, quando o usuário solicitar relatório associado à funcionalidade de migração de dados.

Segundo a Nesma, a contagem indicativa considera a quantidade existente de arquivos lógicos internos e de interface externa, considerando, ainda, que toda função do tipo dado tem sua complexidade funcional avaliada como baixa e as funções transacionais avaliadas como de complexidade média.

Em projetos de desenvolvimento ágil, considera-se que o ciclo de trabalho evolutivo encerra-se a cada *release*; alterações ocorridas em funcionalidades após o término de uma *release* serão tratadas como projeto de melhoria.

As funcionalidades são medidas sob o ponto de vista dos analistas responsáveis pela conceituação do sistema; a contagem em projetos de melhoria considera a exclusão de funcionalidades implementadas, bem como a inclusão de novas funcionalidades.

Em um processo de cascata, testes de sistemas testam todo o sistema, enquanto, em processos de desenvolvimento iterativo, será testado apenas um incremento a ser entregue ao cliente.

Em testes de integração, a estratégia de integração *bottom-up* integrará componentes de infraestrutura que fornecem serviços comuns, adicionando a eles componentes funcionais; para testar uma nova característica, pode ser necessário integrar componentes diferentes.

Caso o SGBD instalado seja o Postgres 9.6, para atendimento do requisito I, deve-se modificar o arquivo `postgres.conf` para o referido *cluster*; alterar o parâmetro `max_connections` para 1000; e reiniciar o serviço do SGBD.

Caso o SGBD instalado seja o Postgres 9.6, para atendimento do requisito II, deve-se modificar o arquivo `pg_hba.conf` para o referido *cluster*; alterar o parâmetro `listen_addresses` para o IP fornecido; e reiniciar o serviço do SGBD.

Caso o SGBD instalado seja o Oracle 12C, os requisitos I e II podem ser atendidos em tempo de execução, respectivamente, por meio dos comandos `SET system sessions = 1000` e `SET system listener = 10.10.10.2`.

Especialmente devido à expressão na linha 11, o comando a seguir, após executado, retornará três registros.

```
SELECT a.idsoft, a.versao, a.descricao
FROM 'vsoftware' a
INNER JOIN (
    SELECT idsoft, MAX(versao) versao
    FROM 'vsoftware'
    GROUP BY idsoft) b ON a.idsoft = b.idsoft
AND a.versao = b.versao;
```

#### A execução do comando

```
SELECT a.idsoft, a.versao, a.descricao
FROM 'vsoftware' a
LEFT OUTER JOIN 'vsoftware' b
    ON a.idsoft = b.idsoft AND a.versao <
b.versao
WHERE b.idsoft IS NULL;
```

retornará os seguintes dados.

Idsoft	versão	descricao
1	3	adicao da tela C.
2	2	adicao da tela D.

#### A execução do comando

```
SELECT a.id
FROM 'software' a
where a.id not in (
SELECT b.idsoft
FROM 'vsoftware' b);
```

terá resultado idêntico à execução do comando a seguir.

```
SELECT distinct a.id
FROM 'software' a left outer join 'vsoftware' b
on a.id=b.idsoft;
```

A tabela `vsoftware` está na segunda forma normal (2FN), porque contém uma chave estrangeira referenciada à tabela `software`.

O comando `ALTER TABLE software add data datetime;` no MySQL 5.6 adiciona um novo campo `data` à tabela `software`.

Ao se criar uma `trigger`, a variável especial `TG_OP` permite identificar que operação está sendo executada, por exemplo, `DELETE`, `UPDATE`, `INSERT` ou `TRUNCATE`.

Os dados nos SGBDs são organizados em blocos, em que os sistemas de suporte à decisão (DSS) e os ambientes de banco de dados de *data warehouse* tendem a se beneficiar de valores de tamanho de bloco maiores.

Os blocos de dados são organizados em cabeçalho (*row header*) e dados (*column data*); a cada nova transação, o registro é armazenado como uma nova linha na tabela e, assim, um registro é armazenado em várias colunas em blocos de dados no disco.

O controle de nível de isolamento de transações é importante para gerenciar a forma como as transações concorrentes se comportarão no SGBD. No Postgres 9.6, o nível de isolamento padrão é `READ COMMITTED`, mas pode ser alterado para `SERIALIZABLE` por meio do comando `SET TRANSACTION ISOLATION LEVEL SERIALIZABLE`.

No MySQL 5.6, o modo padrão de execução das transações é `autocommit`, o qual faz que as mudanças realizadas se tornem permanentes após a execução bem-sucedida desse comando; entretanto, esse modo será desabilitado implicitamente, se uma série de instruções for iniciada por meio do comando `START TRANSACTION`.

No MySQL 5.6, o banco de dados `information_schema` guarda dados estatísticos e eventos para serem utilizados caso se queira encontrar problemas de velocidade de acesso aos dados e(ou) problemas de integridades no SGBD.

No MySQL 5.6, os índices são usados para, entre outras operações, desconsiderar linhas a serem pesquisadas e(ou) encontrar linhas abrangidas pelo `WHERE` mais rapidamente.

Um dos exemplos de utilização da computação em nuvem é a virtualização, na qual duas máquinas virtuais são implementadas em um mesmo equipamento físico.

A utilização da computação em nuvem é desaconselhada para novos negócios, tendo em vista que a opção por essa tecnologia demanda grande investimento inicial.

O modelo da computação em nuvem permite acesso ubíquo.

As especificações JSF (Java Server Faces) 1.x e 2.x utilizam JSP (Java Server Pages) como *template* padrão para a construção de interfaces de usuários.

Em orientação a objetos, os membros de dados de uma classe devem ser acessados por um método específico do objeto, e não diretamente.

Em qualidade de *software*, o atributo de eficiência define o quanto o *software* adere às necessidades declaradas do usuário.

Em sistemas desenvolvidos em Java, o objetivo do *framework* Hibernate é a transformação das classes para tabelas de dados, com a geração dos comandos SQL.

O modelo de acessibilidade e-MAG recomenda a criação de páginas sem atualização automática periódica.

Um dos princípios de UX determina que aplicativos para dispositivos móveis devem ter telas iniciais diferentes do mesmo sítio, com priorização do conteúdo mais relevante.
Em SOA, orquestração é a forma de arranjar serviços diferentes para serem executados em uma ordem preestabelecida.
A confidencialidade é uma propriedade da segurança da informação que está ligada ao uso de criptografia.
A integridade tem por finalidade permitir que um usuário autorizado tenha condições de alterar, de maneira legítima, dado ou informação no sistema.
O registro de atividades gerado por programas e serviços de um computador não é visto como um mecanismo de segurança, já que está associado à análise forense.
Qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança de sistemas de computação ou de redes de computadores é visto como um incidente de segurança.
Na fase de negociação do TLS, o cliente envia uma mensagem <code>ClientHello</code> para o servidor, informando a versão mais atual do TLS que o cliente suporta.
O AES permite que os blocos tenham tamanho, em <i>bits</i> , de 128, 192 ou 256.
Por ser um algoritmo simétrico, o AES utiliza a mesma chave para cifrar e decifrar os dados.

### CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

REDAÇÃO DO ITEM
Uma redução no saldo da conta de estoques de matérias-primas em função de uma devolução efetuada representa uma fonte de caixa; uma redução na conta de fornecedores como resultado de um desconto obtido representa uma aplicação de caixa.
Derivativos são instrumentos financeiros cuja avaliação a valor justo deve ser reconhecida em contas de resultado e, quando o derivativo for utilizado como instrumento de <i>hedge</i> de ativo financeiro designado como disponível para venda, essa avaliação poderá ser reconhecida em conta do patrimônio líquido.
Se, em uma empresa, a relação entre imobilizações e capitais próprios for igual a 1,50, e se não houver capitais de terceiros, de longo prazo, investidos no negócio da empresa, então a liquidez geral da empresa será inferior à unidade e seu capital circulante líquido será negativo.
Voltada à responsabilidade fiscal, a manutenção de um sistema de custos que permita a avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é uma exigência legal imposta aos gestores.
A inscrição de devedores em dívida ativa é contabilizada no PCASP como variação patrimonial aumentativa.
O PCASP possibilita a distinção entre os registros de natureza patrimonial e de controle.
Ao identificar uma despesa empenhada, o gestor deverá encaminhar para pagamento ao fornecedor ou inscrever a obrigação em restos a pagar, caso o exercício financeiro se encerre.
Na contabilização de valores relativos a ingressos extraorçamentários, o gestor deve vincular tais recursos às fontes que financiam a execução de políticas públicas.
a perda por valor recuperável de R\$ 12.000 deve-se ao fato de o custo histórico ser superior ao valor de uso do bem.
Caso pretenda lançar um novo programa governamental para a construção de ferrovias, a União poderá, de forma lícita, criar, mediante lei complementar, um imposto residual e vincular a receita advinda da arrecadação desse tributo ao financiamento das despesas do referido programa.
Os fatos geradores dos impostos são situações que independem de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.
<b>Situação hipotética:</b> Uma autarquia federal efetuou a compra de <i>toners</i> para impressora, e, após a empresa vendedora emitir a nota fiscal, realizou o pagamento em 18/1/2018 (quinta-feira), relativo à aquisição. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, a autarquia deverá recolher os valores retidos ao tesouro nacional por meio de DARF até 24/1/2018.
<b>Situação hipotética:</b> Um órgão da União recebeu uma nota fiscal de uma empresa prestadora de serviços de limpeza, cujo valor dos tributos a ser retido por meio de DARF eletrônico emitido pelo SIAFI era inferior a R\$ 10,00. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, será dispensada a retenção na fonte do referido valor.

O TCU possui competência para fiscalizar estados e municípios no que se refere a recursos a eles repassados pela União.

O relatório do auditor deve conter seção em que fiquem registradas as suas responsabilidades, indicando, entre outros, que o termo segurança razoável não significa que auditoria executada segundo as normas irá sempre detectar distorção relevante.

A documentação de auditoria e a evidência de auditoria remetem ao mesmo conceito, ou seja, ambas são constituídas por registros, documentos e outras informações que permitem a obtenção de conclusões pelo auditor.

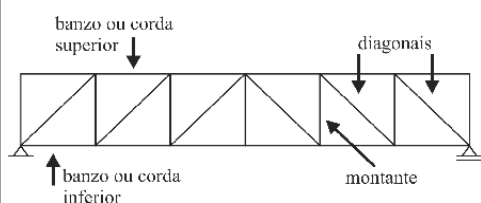
#### **CARGO 4: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL**

##### **REDAÇÃO DO ITEM**

No dimensionamento das fundações superficiais de um edifício de vinte andares, para melhor distribuir as pressões na interface fundação-solo e uniformizar os recalques, o projetista deve optar por sapatas de estrutura flexível.

Será dispensável a apresentação de projeto específico para fins de impermeabilização nos casos em que os profissionais responsáveis forem comprovadamente competentes para estabelecer os locais da obra que deverão ser impermeabilizados.

A figura a seguir ilustra treliças do tipo Pratt ou N, que podem ser utilizadas em projetos de estruturas metálicas; nesse tipo de configuração, as barras diagonais devem suportar as forças de compressão.



Em instalações elétricas com correntes de até 10 A, pode-se especificar um mesmo circuito para a alimentação de pontos de iluminação e pontos de tomadas, exceto aquelas destinadas a equipamentos como chuveiro elétrico, por exemplo.

As saídas de emergência devem ser dimensionadas em função do tipo de ocupação da edificação.

Detectores pontuais de fumaça como o óptico (fotoelétrico) e o iônico podem ser utilizados em uma edificação, para monitorar todos os tipos de ambientes que contenham materiais capazes de gerar fumaça no início da combustão.

Nos sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos de tubo molhado, a água somente é descarregada pelos chuveiros que forem acionados pelo fogo.

As eflorescências, consideradas um dano por alterar a aparência do elemento onde se depositam, são muito comuns nas paredes de tijolos.

As pessoas envolvidas nos serviços de manutenção devem receber treinamento específico para esse fim, uma vez que os conhecimentos exigidos são diferenciados daqueles dos serviços convencionais de construção civil.

O livro de ordem deve ser um livro físico preenchido diariamente.

Mesmo que o engenheiro em questão tivesse acesso aos diários de obras, estes não são considerados livros de ordem.

A administração local deve ser paga proporcionalmente à execução financeira da obra, de acordo com a medição.

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) deve ser utilizado na elaboração de orçamentos de referência de reformas e construções de órgãos públicos.

Como a orçamentação estabelece um valor total aproximado de uma obra, os encargos sociais de horistas e mensalistas podem ser calculados com os mesmos índices.

Quando há duas atividades entre dois eventos consecutivos, é necessário inserir uma atividade fantasma tracejada para facilitar a representação gráfica.
Os contêineres utilizados no canteiro de obras como escritório ou depósito devem ser aterrados eletricamente para evitar choques elétricos.
O fornecimento e a cobrança do uso de equipamentos de proteção individual serão de responsabilidade do empregador.
Quando a última laje tiver sido concretada, o edifício deverá estar com a plataforma principal de proteção instalada na primeira laje e com mais duas plataformas de proteção secundárias, uma instalada na quarta laje, e outra, na sétima laje.
A viga de equilíbrio é aquela que recebe pilares diretamente sobre ela quando os pilares mudam de localização entre um pavimento e outro.
Se um caminhão com concreto a ser utilizado em elementos estruturais chegar à obra, ele só poderá ser descarregado se o resultado do ensaio de determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone estiver dentro do especificado.
Se houver risco de desmoronamento de paredes durante a escavação de tubulões, deve-se utilizar lama bentonítica para estabilizar e continuar o serviço.
A proposta vencedora deveria ter sido desclassificada, pois o valor apresentado é inferior a setenta por cento do valor orçado pela administração.
o recebimento definitivo poderia ser realizado por comissão de servidores nomeada para tal fim, sem a necessidade de participação do fiscal técnico da obra.
caso não seja agendado o recebimento da obra, a contratada poderá considerar a obra como recebida, desde que comunique tal fato à administração quinze dias antes do fim do prazo legal previsto para a realização do recebimento.
na falta de pessoal técnico disponível, a administração poderia designar servidor público sem formação técnica para realizar o recebimento provisório da obra.
Para avaliar as patologias em questão, o engenheiro designado para periciar o prédio deve ter formação em engenharia civil ou em fortificação e construção.
Por se tratar de perícia, além de averiguar e esclarecer os fatos, o engenheiro deve apurar as causas que motivaram as patologias apresentadas.
Para criar o arco da porta, próximo ao ponto 2, pode-se utilizar o comando Fillet, desde que se adote como raio de curvatura a largura da porta.
O comando Chamfer poderá ser utilizado para completar a planta no ponto 1.
O responsável técnico pela construção tem a obrigação de datar e assinar no diário de obras os relatos de todas as visitas da fiscalização.
No plano de obras da justiça militar da União, a apresentação de um projeto executivo supre a necessidade de elaboração de um projeto básico.
Em regra, devem ser realizadas licitações separadas para a aquisição de equipamentos relativos a determinada obra, podendo ser incluída tal finalidade no certame quando esses equipamentos fizerem parte da estrutura necessária à execução do projeto.
Em banheiros sanitários de uso comum ou de uso público, no mínimo 5% do total das peças instaladas devem ser acessíveis, regra de cálculo que deve ser mantida mesmo que o local seja dividido por sexo.

**CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ESTATÍSTICA**

**REDAÇÃO DO ITEM**

$P(A \setminus \bar{B}) > 0,80$ .
O teste $t$ de Student seria apropriado para testar se, nesse tribunal, $p$ é maior que 50%, com 29 graus de liberdade.
A variância da proporção amostral $\hat{p}$ sob a hipótese nula $H_0: p = 0,5$ é menor que 0,1.

A amostra utilizada para o estudo contém mais de 290 processos.
Se, a partir do teste de independência entre as referidas variáveis, o valor calculado da estatística qui-quadrado for superior a 60, então será correto concluir com 95% de confiança que existe associação entre essas variáveis.
Caso seja de interesse testar, por exemplo, se a média dos valores é diferente de 3.500, para calcular o <i>p</i> -valor do teste no referido estudo é suficiente multiplicar a $P(\bar{x} > 3500)$ por 2, em que $\bar{x}$ é a média amostral.
Na situação em questão, em que os dados seguem uma distribuição normal, o teste não paramétrico de Wilcoxon é menos poderoso que o teste <i>t</i> de Student.
Em um modelo linear $\hat{Y} = \hat{\alpha} + \hat{\beta}X$ , a hipótese de homoscedasticidade significa que a variância dos erros deve ser constante, e o valor esperado dos erros deve ser zero.
O valor de <i>a</i> reflete a quantidade de variáveis explicativas, e deve ser igual a 3.
O teste de Durbin–Watson é um teste que permite identificar a autocorrelação serial de primeira ordem.
Ocorre autocorrelação dos erros caso os erros da regressão sigam um processo autorregressivo de ordem 1, ou seja, um AR(1).
O produto $\text{sen}(2\pi U) \times \sqrt{Y}$ segue uma distribuição normal com média nula.
Caso <i>W</i> seja uma realização retirada de uma distribuição normal com média nula e variância <i>k</i> , será correto afirmar que o produto $W \times Q^{-1/2}$ é realização de uma distribuição <i>t</i> de Student com <i>k</i> graus de liberdade.
O método HPD ( <i>high probability density</i> ) é um algoritmo que proporciona um intervalo de confiança clássico (frequentista) para o parâmetro $\theta$ .

#### CARGO 6: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: REVISÃO DE TEXTO

REDAÇÃO DO ITEM
A colocação pronominal observada no trecho “não se tenha insinuado” (l.29) é frequente tanto na língua escrita, sendo utilizada em textos literários, artigos científicos e textos oficiais, quanto na variedade padrão formal falada no Brasil, como a utilizada em telejornais.
A vírgula empregada logo após “flutuando” (l.33) poderia ser suprimida sem prejuízo das informações veiculadas no texto.
Em “não tendo ele, e nós, mais que desejar” (l. 27 e 28), a palavra “mais” classifica-se como advérbio, sendo sinônimo de <b>já</b> , de forma que, sem prejuízo do sentido do texto, tal trecho poderia ser reescrito da seguinte forma: já não tendo ele, e nós, que desejar.
Na linha 8, o termo “a todos” exerce a função de complemento indireto da forma verbal “absolveria”.
Feitas as devidas alterações de gênero para garantir a correção gramatical, as palavras “coxos” (l.9) e “mancas” (l.9) poderiam ser intercambiadas no período em que ocorrem, sem prejuízo dos sentidos do texto.
O vocábulo <b>aí</b> , na contração “daí” (l.15), retoma a ideia expressa no trecho “não acreditar cegamente naquilo que supõe saber” (l. 14 e 15).
O emprego das palavras “cara” (l.40) e “vademeco” (l.43) confere um caráter informal ao último parágrafo do texto.
Em “disse-o quem sabia” (l.4) e em “Quem não sabe deve perguntar” (l. 9 e 10), o verbo <b>saber</b> é intransitivo.
Na linha 39, o emprego de “neste” decorre da presença do vocábulo “Aqui”, de modo que sua substituição por <b>nesse</b> resultaria em incorreção gramatical.
O vocábulo “que” recebe a mesma classificação em ambas as ocorrências no trecho “que daí é que vêm os enganos piores” (l.15).
A supressão do vocábulo “nem” (l.11) manteria a correção gramatical do texto.
O termo “entre os mais mal pagos do orbe” (l.24) exerce a função de complemento da forma verbal “inclui”.



Inferir-se dos sentidos do texto que, no trecho “também a sentença que antes parecera imutável para todo o sempre oferece subitamente outra interpretação” (ℓ. 36 e 37), o autor se refere à variação da língua no tempo, ou seja, ao fato de que, com a mudança linguística, novas interpretações são atribuídas aos enunciados.
Na construção do texto, o autor, além de narrar fato que aconteceu com “o revisor”, explora, repetidas vezes e de diferentes modos, a ideia de que a dúvida pode ser algo positivo.
Em “apesar de muitos o esquecerem” (ℓ. 8 e 9), a partícula “o” refere-se a “O homem” (ℓ.8).
A coerência e a coesão do texto seriam mantidas caso seu último período passasse a figurar como seu quarto período.
Na linha 13, se a forma pronominal “alguma”, em vez de anteposta, estivesse posposta a “coisa”, a correção gramatical do texto seria mantida.
No primeiro parágrafo, apresentando-se como velho, o autor adota um tom de autocomiseração ao afirmar que estudar o envelhecimento implica aprender a lidar com a morte e que esse aprendizado deveria ter prioridade sobre outras reflexões humanas.
Inferir-se do texto que os jovens, quando conscientes da iminência de sua própria morte, não se importam com essa condição.
Da coesão lexical que se estabelece por meio das relações semânticas dos termos “liça” (ℓ.1), “carro” (ℓ.2) e “percurso” (ℓ.3) resulta a imagem da vida como arena de desafios apresentada no início do texto.
Na linha 7, a inserção de <b>sua</b> diante de “vida” manteria a coesão e a coerência do texto, assim como sua correção gramatical.
A inserção de <b>tais coisas</b> após o infinitivo “dizer” (ℓ.15) daria ênfase aos sentidos do texto e melhoraria sua coesão, sem prejuízo da correção gramatical.
A substituição do trecho “bem amadurecido” (ℓ.17) por <b>assaz amadurecidas</b> preservaria a correção gramatical do texto, apesar de interromper estrutura com paralelismo sintático.
Sem alteração dos sentidos do texto, a oração “em que me pudesse fixar” (ℓ.25) poderia ser reescrita da seguinte forma: à qual eu pudesse ser fixado.
A regência do verbo <b>restar</b> é diferente nos trechos “resta pensar” (ℓ.3) e “resta a fazer” (ℓ.4): neste, o sentido do verbo altera-se em relação ao empregado naquele.
A progressão do texto seria prejudicada se o trecho que compõe o segundo parágrafo antecederesse o último parágrafo, passando, então, a compor o terceiro parágrafo.
O emprego das vírgulas que isolam o advérbio “aliás” (ℓ.19) é obrigatório, razão por que suprimi-las comprometeria a correção gramatical do texto.
Se a expressão “uma visão revolucionária” (ℓ.27) fosse substituída por <b>ideias revolucionárias</b> , seria necessário alterar a forma verbal “Trata-se” para <b>Tratam-se</b> , para se manter a correção gramatical do texto.
As aspas empregadas em ‘consenso’ (ℓ.29) indicam que o autor do texto avalia criticamente os discursos atuais em que se busca consenso em política; em ‘grandes’ (ℓ.36), essa pontuação serve para destacar o valor semântico dessa palavra na linguagem de Maquiavel.
A retirada das vírgulas que isolam a expressão “mais ainda” (ℓ.31) não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria os seus sentidos originais.
Na linha 9, a expressão “aos outros” poderia ser substituída por <b>a outrem</b> , sem prejuízo para a coerência e coesão do texto, preservando-se seu sentido original.
Os aspectos estruturais e o tema do texto indicam tratar-se de expediente que segue o padrão ofício, ao passo que o seu fechamento sugere tratar-se de documento destinado a autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.
O pronome demonstrativo contido na contração deste refere-se ao órgão ao qual se destina o expediente em questão.
O emprego do advérbio encarecidamente é inadequado, visto que prejudica o caráter impessoal que deve ser adotado em textos oficiais.

O texto trata da liderança como um processo interno das organizações que implica convergência e boa sintonia entre características pessoais e situacionais.
Há uma ambiguidade quanto ao antecedente do sujeito elíptico da forma verbal “alcance” (l.34), que poderia ser dirimida caso essa forma verbal fosse flexionada no plural — <b>alcancem</b> —, estabelecendo-se concordância ideológica com a palavra “grupo” (l.32).
O sentido original do texto seria alterado, embora sua correção gramatical fosse mantida, caso o trecho “O grupo tende a escolher como líder a pessoa que lhe pode dar maior assistência e orientação” (l. 30 a 32) fosse reescrito da seguinte forma: O líder tende a ser escolhido como a pessoa que lhe pode dar maior assistência e orientação.
A expressão “tal fenômeno” (l.15) remete à ideia de adesão do mundo corporativo ao conceito de Estado mínimo e à gestão por resultados.
O emprego das vírgulas apostas aos termos “No Brasil” (l.15) e “Em outros termos” (l.21) justifica-se com base na mesma regra de pontuação.
Os vocábulos “Influenciadas” (l.9), “calcadas” (l.10) e “disseminadas” (l.14) qualificam, cada um, um termo distinto.
A correção gramatical do texto seria preservada caso o trecho “Mesmo reconhecendo-se” (l.30) fosse substituído por <b>Embora se reconhecesse</b> .
No contexto em que aparece, a oração reduzida “rompendo corporativismos e privilégios históricos” (l. 28 e 29) possui sentido de finalidade.
A caracterização do revisor como “a pessoa mais importante na vida de quem escreve” (l. 2 e 3) deve-se ao fato de o destino de um autor ser definido pelo texto final apresentado — tarefa do revisor — e não pela mensagem veiculada — tarefa do autor.
A palavra “se” (l.5) classifica-se como conjunção e introduz uma oração completiva.
A palavra “o” recebe a mesma classificação nos trechos “o do erro de revisão” (l. 1 e 2) e em “Pode-se imaginar o que” (l.11).
A substituição da forma verbal “desencaminhadas” (l.20) por desencaminhados manteria a correção gramatical e a coerência textual, caso em que passaria a concordar com “estudantes” (l.20).
As palavras “conspiração”, “sutilmente” e “terríveis” são formadas pelo processo morfológico de formação de palavras denominado sufixação.
Tanto na linha 9 quanto na linha 13, a palavra “que” atua, no nível textual, como elemento que opera simultaneamente a coesão sequencial e a coesão referencial.
No último período do texto, o emprego da vírgula imediatamente após “detectados” (l.15) é opcional, pois a oração “preservando-se o máximo possível do texto original” (l. 15 e 16) encontra-se em posição canônica no período, qual seja, após a oração principal.
Infer-se do texto que o revisor passa a ser considerado experiente quando, ao revisar um texto, ele opta por um caminho menos simples que se compõe de três passos: identificação de problemas que possam existir no texto objeto de revisão, correção desses problemas e busca de máxima manutenção da produção original.
De acordo com os sentidos do texto, a atividade de revisão textual pode manifestar-se sob duas formas — a revisão e a reescrita —, cuja diferenciação se dá em termos graduais, escalares.
O período “É por isso que (...) da sua vida” se organiza internamente a partir da articulação de três orações.
O público a quem a mensagem do texto 6A4CCC se destina é específico: trata-se de revisores e diagramadores.

**CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: SERVIÇO SOCIAL**

**REDAÇÃO DO ITEM**

A igualdade, princípio que prevê a uniformização, é um condicionante da realização de princípios como a liberdade, justiça e solidariedade.

<p>O Código de Ética do(a) Assistente Social nega valores historicamente presentes em uma sociedade capitalista, a exemplo da competitividade.</p>
<p>Na área de serviço social, competências profissionais são ações que os assistentes sociais podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas.</p>
<p>O alcance na atualidade, em sua totalidade, dos princípios e valores que alicerçam o projeto ético-político do serviço social representa uma conquista da categoria profissional.</p>
<p>O processo de construção do projeto ético-político do serviço social é contínuo e edificado sobre os pilares de realidades contraditórias.</p>
<p>Historicamente, os assistentes sociais sempre se dedicaram à implementação de políticas públicas, porém, o processo de descentralização dessas políticas excluiu a necessidade de novas funções e competências profissionais, localizando a atuação na linha de frente das relações entre população e instituição.</p>
<p>Na contemporaneidade, as respostas dadas pela profissão às demandas e exigências apresentadas requer que o assistente social seja um profissional culto, com conhecimento especializado, capaz de desenvolver caminhos para a emancipação política do sujeito.</p>
<p>O serviço social pode se tornar um exercício profissional residual se não for capaz de elaborar respostas qualificadas para as demandas resultantes das transformações sociais.</p>
<p>A gestão social pública surgiu como um novo espaço de atuação do assistente social, resultante das mudanças nos espaços e processos de trabalho na esfera pública.</p>
<p>Em situações como a descrita, recomenda-se que a visita domiciliar seja utilizada como instrumento para verificar se as informações fornecidas pelo usuário condizem com a sua realidade.</p>
<p>Como resultado do estudo realizado, é dispensável que o laudo social expresse o detalhamento integral dos conteúdos do estudo, embora deva ser documentado por meio de diversos registros e permanecer devidamente arquivado no espaço de trabalho do assistente social.</p>
<p>A escolha pela aplicação de questionário pode ser adequada quando se pretende captar aspectos gerais considerados relevantes de um problema de investigação, para estabelecer relações e generalizações.</p>
<p>Os indicadores, comumente utilizados em pesquisas que visam obter respostas padronizadas, expressam a totalidade do real ao apontarem certezas absolutas sobre os resultados de uma ação.</p>
<p>Por ser dirigido ao profissional que o elaborou, o relatório de acompanhamento permite uma comunicação menos interativa com o universo institucional.</p>
<p>É vedado o uso da perícia social como meio de prova judicial, ainda que haja parecer técnico sobre situações conflituosas.</p>
<p>Mesmo que seja empregado um rigoroso instrumental metodológico, a avaliação de um plano, programa ou projeto será determinada pelas referências teóricas do avaliador, por atribuírem sentido e significado ao conteúdo da avaliação.</p>
<p>A avaliação, como estratégia de conhecimento do contexto anterior à intervenção de um projeto, deve ser realizada ao longo de todo o processo de planejamento.</p>
<p>O planejamento estratégico garante a priorização dos interesses coletivos em relação aos institucionais, devido à participação horizontal de diferentes grupos de interesses em todas as suas fases.</p>
<p>A cidadania e os direitos da cidadania não são derivados de valores universais, mas sim de decisões políticas.</p>
<p>Educação, habitação e tratamento de esgoto são algumas das múltiplas expressões da questão social, objeto de atuação do assistente social.</p>
<p>O projeto profissional do serviço social remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão e assume, na atualidade, um compromisso ético-político com os direitos humanos e com a cidadania, além de contemplar o pluralismo das correntes teóricas.</p>
<p>A produção abundante de riquezas materiais e culturais e a sua acumulação em territórios e classes sociais específicos têm como causa primordial as várias expressões da questão social.</p>
<p>Um dos objetivos da política de assistência social é garantir a convivência familiar, entendendo família não apenas como uma construção privada, mas também pública, configurando-se como um grupo de pessoas</p>

<p>que moram juntas, formado a partir da união entre o homem e a mulher, ou por qualquer dos pais e seus descendentes.</p>
<p>Caberá ao assistente social encaminhar a família em questão a um centro de referência de assistência social de média complexidade, o qual terá de oferecer ações voltadas à prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de habilidades e aptidões, fortalecendo os vínculos dessa família.</p>
<p>Os direitos das crianças e adolescentes devem ser garantidos pela atuação de um sistema integrado em rede e que atenda e acompanhe casos de violação desses direitos.</p>
<p>No atendimento a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, como no caso em apreço, o aparato legal sobre o qual se pauta o Sistema Único de Assistência Social apresenta relevante inovação, que é o entendimento de que casos individuais são, na realidade, parte de uma situação social coletiva.</p>
<p>Cabe ao assistente social em questão intervir de forma isolada no caso da paciente Odete, mediante a descrição e enumeração da problemática, e da identificação de recursos para seu enfrentamento.</p>
<p>A confirmação de maus-tratos contra a paciente Odete é objeto de notificação compulsória à autoridade sanitária.</p>
<p>O projeto privatista e o projeto da reforma sanitária foram projetos políticos que estabeleceram disputa na área da saúde, nos anos 90 do século passado, apresentando diferentes exigências para o serviço social.</p>
<p>O Sistema Único da Assistência Social, configurado como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, é um sistema descentralizado, com caráter contributivo e participativo.</p>
<p>Uma das atribuições dos assistentes sociais atuantes na área da saúde é promover a disponibilização e efetivação, nas respectivas unidades, de ambientes físicos que possam garantir a participação popular e dos trabalhadores de saúde nas decisões a serem tomadas.</p>
<p>A Norma Operacional Básica – NOB-SUS/1996 foi criada devido às dificuldades de efetivação do Sistema Único de Saúde.</p>
<p>A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.</p>
<p>Os estados, o Distrito Federal e os municípios tornam-se responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social.</p>
<p>A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o acesso aos serviços relativos à saúde, à previdência e à assistência social.</p>
<p>Constitui princípio e diretriz da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de membros da comunidade, entre os quais, os empresários.</p>
<p>Os princípios e diretrizes da seguridade social incluem a participação da iniciativa privada na assistência à área da saúde, desde que obedecidos os preceitos constitucionais.</p>
<p>Por estar gestante, Helena recebe proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, o serviço de saúde onde o parto for realizado deverá assegurar a ela e ao seu filho uma alta hospitalar responsável e de contrarreferência na atenção primária.</p>
<p>Consta no decreto a previsão da garantia de atendimento domiciliar de saúde para todos os tipos de deficiência, desde que a pessoa não esteja internada.</p>
<p>Considera-se deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere inaptidão para o desempenho de atividade.</p>
<p>Compõem o grupo de pessoas com deficiência aquelas que têm deficiência física, auditiva, visual, mental e(ou) múltipla.</p>
<p>No território nacional é terminantemente proibido o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas.</p>

O SISNAD tem como finalidade articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, assim como a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Para o SISNAD, somente as substâncias ilícitas capazes de causar dependência são consideradas como drogas.

#### **CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA**

##### **REDAÇÃO DO ITEM**

**Situação hipotética:** Durante operação conjunta das Forças Armadas, um sargento danificou patrimônio militar. Em sua defesa, ele argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado. **Assertiva:** Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, será considerado excludente do crime, independentemente da valoração do bem sacrificado.

**Situação hipotética:** O oficial encarregado pelo setor financeiro de determinada organização militar foi indiciado em inquérito policial militar, por suspeita de ter cometido dolosamente crime de peculato. No curso da investigação, ele assumiu a autoria do que lhe estava sendo imputado e ressarciu integralmente o dano. **Assertiva:** Nessa situação, o indiciado não poderá ser denunciado, pois o ressarcimento realizado configurou a extinção da punibilidade.

**Situação hipotética:** Um soldado das Forças Armadas, no cumprimento das atribuições que lhe foram estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa, cometeu crime doloso contra a vida de um civil. **Assertiva:** Nessa situação, o autor do delito deverá ser processado e julgado pela justiça militar da União.

**Situação hipotética:** Um cabo das Forças Armadas escalado para serviço na organização militar a que servia compareceu e assumiu a incumbência em estado de embriaguez, tendo ingerido, voluntariamente, grande quantidade de bebida alcoólica momentos antes de se apresentar no serviço. Todavia, seu estado não foi notado, e, nas primeiras horas da atividade, ao discutir com um militar que também estava em serviço, disparou sua arma de fogo na direção deste, matando-o instantaneamente. **Assertiva:** Nessa situação, será considerado inimputável o cabo, se ficar comprovado que, naquele momento, sua embriaguez era completa e que ele era plenamente incapaz de entender o caráter criminoso do fato.

Se um militar preso, por decisão judicial, em uma organização militar, tentar evadir-se da prisão, usando violência contra a pessoa, ele responderá por crime militar.

Comete crime propriamente militar o cidadão alistado para o serviço militar que, convocado à incorporação, apresenta-se dentro do prazo, mas ausenta-se antes do ato oficial de incorporação.

Militar que cometer crime de lesão corporal leve poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, com a consequente extinção da sua punibilidade.

**Situação hipotética:** Durante a formatura em determinada unidade militar, na presença da tropa, um sargento desacatou o comandante da subunidade a qual pertencia. **Assertiva:** Nessa situação, a pena prevista para o crime de desacato a superior será agravada em razão da pessoa ofendida.

Em tempo de guerra, há previsão de pena de morte para crime cometido contra o patrimônio.

Se, em tempo de guerra, um militar cometer homicídio em presença do inimigo, sua pena poderá ser reduzida conforme hipóteses previstas no Código Penal Militar.

Em processo na justiça militar da União, o juiz estará impedido de exercer sua jurisdição se um primo seu for parte ou diretamente interessado na demanda.

**Situação hipotética:** O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.

As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.

**Situação hipotética:** Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a

materialidade do delito não foi comprovada. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.
Militar que for réu em processo criminal na justiça militar da União poderá ser intimado ou notificado para a prática de atos por meio de comunicação telefônica.
<b>Situação hipotética:</b> Sargento das Forças Armadas furtou material de organização militar no Rio de Janeiro – RJ. Todavia, possui residência em São Paulo – SP e serve em quartel na guarnição de Manaus – AM. Foragido, acabou sendo preso em Natal – RN. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, a competência para processar e julgar o sargento será da justiça militar da União no Rio de Janeiro – RJ, porém, se o local do furto fosse desconhecido, o foro competente seria o de Manaus – AM.
<b>Situação hipotética:</b> Um oficial cometeu crime militar com elevado dano ao patrimônio da administração castrense. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, nas hipóteses previstas no Código de Processo Penal Militar, a autoridade judiciária militar poderá decretar arresto de bens móveis ou imóveis do acusado para satisfação do dano.
No âmbito da justiça militar da União, não há previsão para a citação na modalidade por hora certa.
No Superior Tribunal Militar, após a instrução dos processos de sua competência originária, o julgamento ocorrerá em sessão plenária.
Oficial das Forças Armadas que for réu em processo penal militar e estiver preso deverá ser obrigado a comparecer à instrução criminal, pois, no âmbito da justiça militar da União, é vedada a revelia de réu preso.
Uma praça sem estabilidade que tenha sido excluída do serviço ativo por deserção, se capturada, deverá ser submetida à inspeção de saúde e, caso constatada incapacidade definitiva para o serviço militar, ela não será reincluída nas Forças Armadas, mas continuará respondendo ao processo perante a justiça militar da União pelo crime de deserção.
Quando um crime de insubmissão é consumado, lavra-se um termo de insubmissão, que é o instrumento legal autorizador da captura do insubmisso, para efeito de incorporação.
Se um soldado interpuser apelação em um processo na justiça militar da União, e ela não for recebida, ele poderá interpor correição parcial perante o Superior Tribunal Militar.
Se uma sentença condenatória transitada em julgado for contrária às evidências dos autos, será cabível a revisão, que poderá ser requerida a qualquer tempo.
Nos casos em que houver nulidade em um processo na justiça militar da União, por suspeição do juiz, todos os atos judiciais serão declarados nulos, independentemente de eventuais prejuízos para a acusação ou para a defesa.
A embriaguez accidental, proveniente de força maior ou caso fortuito, exclui a culpabilidade, ainda que o sujeito ativo possuísse, ao tempo da ação, parcial capacidade de entender o caráter ilícito do fato que praticou.
Preenchidos os requisitos legais, a coação irresistível e a obediência hierárquica são causas excludentes de culpabilidade daquele que recebeu ordem para cometer o fato, mantendo-se punível o autor da coação ou da ordem.
A discriminante putativa por erro de proibição, na hipótese de suposição errônea acerca de causa excludente de ilicitude, é considerada erro de proibição indireto e gera as mesmas consequências do erro de proibição direto.
Inexiste, no ordenamento jurídico, a possibilidade de as condições e circunstâncias de caráter pessoal de um agente se comunicarem com as de outro agente que seja coautor de um crime.
O erro de proibição evitável exclui a culpabilidade.
Ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, em respeito ao princípio constitucional do juiz natural.
A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

<p>A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.</p>
<p>A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.</p>
<p>A rigidez constitucional é marca de todas as Constituições brasileiras desde, e inclusive, a de 1824.</p>
<p>De acordo com a Constituição Federal de 1988, o membro do Ministério Público Militar que atuar na primeira instância jurisdicional será processado e julgado por tribunal regional federal quando da prática de crime comum, ressalvada a competência da justiça eleitoral.</p>
<p>Será constitucional lei estadual que permita que o credor da fazenda estadual utilize crédito em precatório para a aquisição de imóvel público do respectivo ente federado.</p>
<p><b>Situação hipotética:</b> Por iniciativa de deputado federal, tramitou e foi aprovado, no Congresso Nacional, projeto de lei que trata de regime jurídico dos militares das Forças Armadas. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, o projeto deverá ser vetado pelo presidente da República, porque existe vício de constitucionalidade formal.</p>
<p>A Constituição vigente veda a prática de atividades desportivas que envolvam animais, por considerá-las cruéis, sendo irrelevante, sob a ótica constitucional, que a atividade esteja registrada como patrimônio cultural brasileiro ou regulamentada por lei específica.</p>
<p>Ressalvada a hipótese de flagrante delito, a prisão decorrente da prática de transgressão militar dependerá de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.</p>
<p>Nos casos de requisição de intervenção federal, o presidente da República estará obrigado a editar o decreto de intervenção, não lhe cabendo, a despeito da sua condição de chefe do Poder Executivo, exercer juízo de conveniência ou de oportunidade da providência requerida.</p>
<p>De acordo com a vigente Constituição, cabe ao Superior Tribunal Militar requisitar intervenção da União quando outra unidade federativa criar óbice ao cumprimento de decisão de qualquer órgão da justiça militar.</p>
<p>A legislação que dispõe sobre o regime estatutário prevê a possibilidade de o servidor público, em determinadas hipóteses, pedir remoção para outra localidade, independentemente do interesse da administração pública.</p>
<p>Provimento é o ato emanado da pessoa física designada para ocupar um cargo público, por meio do qual ela inicia o exercício da função a que fora nomeada.</p>
<p>As funções comissionadas de natureza gerencial dos órgãos do Poder Judiciário da União são destinadas exclusivamente a servidores efetivos com formação superior.</p>
<p>A União tem direito de regresso em face de João, considerando que, no caso, a responsabilidade do agente público é subjetiva.</p>
<p>A culpa concorrente da vítima exclui a responsabilidade da União para a reparação de danos sofridos por Maria.</p>
<p>A duração dos contratos administrativos de prestação de serviços executados de forma contínua é limitada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.</p>
<p>É possível que a administração pública autorize o início da execução de obra contratada antes da aprovação do respectivo projeto executivo, desde que o projeto básico já tenha sido aprovado.</p>
<p>De acordo com o princípio da autoexecutoriedade, os atos administrativos podem ser aplicados pela própria administração pública, de forma coativa, sem a necessidade de prévio consentimento do Poder Judiciário.</p>
<p>No exercício do poder regulamentar, o Poder Executivo pode editar regulamentos autônomos de organização administrativa, desde que esses não impliquem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.</p>
<p>Quando criadas como autarquias de regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.</p>
<p>Nas obrigações de prestações sucessivas, a quitação da última parcela acarreta a presunção absoluta de que as anteriores foram pagas.</p>

A renúncia a prazo decadencial fixado em lei somente será considerada válida se for feita de modo expresso e na forma escrita.
O companheiro do ausente na ocasião do desaparecimento deste deve ser considerado como seu curador legítimo e possui preferência, em relação aos pais ou descendentes da pessoa desaparecida, para exercer essa função.
caso aceite realizar o financiamento, o consumidor poderá, independentemente de previsão contratual e a qualquer tempo, quitar o débito de forma antecipada, mediante a redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
embora a oferta de financiamento seja válida, a cobrança da dívida está viciada pela presença do vício de consentimento denominado coação.
<b>Situação hipotética:</b> Determinado tribunal de justiça prolatou um acórdão que possui dois capítulos distintos, um, com fundamento constitucional, e outro, com fundamento infraconstitucional referente à aplicação de lei federal. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, se a parte vencida interpuser apenas recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça deverá considerá-lo inadmissível, porque a decisão recorrida estaria assentada em fundamentos de mais de uma natureza.
No caso de interposição de recurso especial, a questão federal que tiver sido debatida somente no voto vencido deverá ser considerada como parte integrante do acórdão, inclusive para fins de prequestionamento.
Ressalvada a possibilidade de oposição de embargos de declaração, será irrecurável a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer do recurso extraordinário por considerar que a questão constitucional arguida pelo recorrente não atende à repercussão geral.
conforme o Código de Processo Civil, o vice-presidente do tribunal cometeu um erro procedimental, porque ele não poderia examinar a admissibilidade do recurso; mas, como, posteriormente, o processo foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça, não houve nulidade a ser declarada, ante a ausência de prejuízo.
se entender que o recurso especial possui vício de admissibilidade, a parte recorrida poderá interpor recurso de agravo em recurso especial contra a decisão do tribunal de origem.
<b>Situação hipotética:</b> Determinado juiz indeferiu mandado de segurança por verificar que o pedido visava impugnar ato praticado pelo presidente do STM, estando tal ato sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, agiu corretamente o juiz.
<b>Situação hipotética:</b> Ao verificar que o impetrante criou obstáculos ao normal andamento do processo, o juiz decretou, de ofício, a perempção da liminar concedida. <b>Assertiva:</b> Nessa situação, agiu erroneamente o juiz, que violou direito garantido constitucionalmente.
Haverá repercussão geral sempre que o recurso extraordinário atacar decisão contrária à súmula ou à jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
O mandado de segurança com pedido de liminar transmitido por meio do sistema e-STM será imediatamente autuado, distribuído e concluído ao ministro-relator.
A prática de ato processual por meio eletrônico é uma garantia legal que não pode ser afastada pela ausência de credenciamento do procurador no respectivo tribunal de justiça.
No âmbito da justiça militar da União, o Diário da Justiça Eletrônico é instrumento exclusivo de comunicação oficial, publicidade e divulgação de atos judiciais.

#### **CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
Os documentos iconográficos são formados por documentos em suportes sintéticos, em papel emulsionado ou não, contendo imagens estáticas.
Na organização de arquivos, o princípio da proveniência fundamenta os principais procedimentos.
Os objetos encontrados nos arquivos são de vários tipos, incluindo os tridimensionais, que servem para entretenimento.



O ciclo vital dos documentos de arquivo compreende três idades. A primeira delas é a idade corrente, durante a qual os documentos têm localização física mais próxima ao acumulador do documento.
O princípio da ordem original, utilizado na organização interna de um fundo de arquivo, determina que os documentos devam ser reclassificados por assunto.
O protocolo é uma atividade da fase de utilização do programa de gestão de documentos.
Depois de receber um ofício, a atividade seguinte do setor de protocolo é a de registrar o documento, o que pode ser feito manualmente ou diretamente em um sistema informatizado.
A eliminação de documentos deve ser feita diretamente pelo setor de protocolo.
O instrumento utilizado para a classificação de documentos de arquivo é o inventário analítico.
A classificação de documentos é feita a partir do ato de recebimento ou expedição do documento.
Após a classificação do documento, é necessário ordená-lo, ou seja, determinar a posição em que esse documento vai ser disposto em uma unidade de classificação.
De acordo com a tabela de temporalidade, um documento destinado à eliminação deve ser previamente digitalizado.
A gestão de documentos é aplicada na fase permanente do ciclo vital dos documentos de arquivo.
As mídias magnéticas, como fitas de vídeo, áudio e de computador, devem ser preferencialmente armazenadas em mobiliário de aço tratado com pintura sintética de efeito antiestático.
Para a otimização do espaço nas áreas de depósitos, recomenda-se que, ao se armazenar documentos, desconsidere-se o gênero documental de cada um deles.
Os documentos de valor permanente que apresentem grandes formatos, como mapas, plantas e cartazes, devem ser armazenados horizontalmente.
Nas áreas de armazenamento de documentos, deve-se dar preferência à luz solar para a iluminação do ambiente.
Para facilitar o acesso das pessoas ao ambiente, as áreas de trabalho e de circulação de público podem ser compartilhadas com as áreas de armazenamento de documentos.
Os papéis e cartões empregados na produção de caixas e invólucros devem ser alcalinos.
A preservação de documentos de arquivo, em qualquer suporte, independe dos procedimentos adotados em sua produção e tramitação.
A participação social da população beneficiária na formulação, no acompanhamento, na avaliação e no controle dos serviços sociais diretos, prestados pelo Estado, constitui prática de excelência na gestão de serviços públicos.
A corrupção e o nepotismo são fenômenos típicos da administração pública patrimonialista.
Por conta da emergência de órgãos de responsabilidade social corporativa nas empresas privadas, estas passaram a ter como principal objetivo atender aos interesses coletivos da sociedade como um todo, principalmente em suas áreas de influência.
A cultura organizacional de organizações públicas brasileiras se caracteriza pela valorização da estabilidade das estruturas e, em consequência, pela aversão ao uso de novas tecnologias.
Uma das etapas da gestão por competências é o mapeamento de competências, que permite identificar lacunas existentes entre as competências necessárias e disponíveis na organização em questão.
Abordagens teóricas de liderança que se baseiam em traços de personalidade têm a ver com as características de personalidade dos liderados que podem ser usadas para melhorar o clima organizacional.
O recrutamento externo privilegia os atuais funcionários de uma organização que pretendem mudar de área de trabalho ou ocupação, processo que geralmente ocorre quando um funcionário da sede opta por trabalhar em uma organização subsidiária.
Embora inovador e flexível, o ensino a distância não tem sido usado para a contínua formação de servidores públicos, uma vez que toda comunicação oficial se norteia pelo princípio da formalidade.
Servidores públicos celetistas, contratados com base em regime trabalhista e ocupantes de cargo público, não são obrigados a seguir as normas constitucionais referentes à administração pública.

<p><i>Balanced scorecard</i> é um sistema de medição de desempenho que se baseia em quatro perspectivas de análise complementares: finanças, processos internos, clientes, e aprendizado e inovações (ou crescimento).</p>
<p>A opção pela departamentalização acarreta aumento do número de órgãos especializados, no mesmo nível hierárquico, no âmbito das organizações, e, em consequência disso, ocorre um crescimento horizontal do organograma da organização em questão.</p>
<p>O planejamento estratégico é uma forma de planejamento com foco no curto prazo e que prioriza temas de maior relevância no âmbito das organizações.</p>
<p>A análise que fundamenta um processo de planejamento estratégico tem como foco somente o ambiente interno da organização, de forma a maximizar as potencialidades já existentes nessa organização.</p>
<p>Resultados pretendidos são aqueles caracterizados por sua intencionalidade e podem ser traduzidos, do ponto de vista estratégico, em uma série de metas.</p>
<p>A metodologia SWOT é uma ferramenta de análise comumente utilizada em processos de planejamento estratégico que permite analisar, de forma complementar, cenários internos e externos de uma dada organização.</p>
<p>Indicadores de processo têm como foco a mensuração da eficácia ou efetividade de um dado projeto, programa ou política pública.</p>
<p>O monitoramento de projetos é uma atividade conduzida durante a execução do projeto; por isso, não se discute tal monitoramento na fase de planejamento, simplesmente porque não há execução durante o planejamento.</p>
<p>Mapeamento de processos é uma técnica utilizada para se entender como atividades existentes dentro de um mesmo processo se relacionam, permitindo a identificação das diferentes atividades que compõem o processo, assim como sua sequência.</p>
<p>Decisões do tipo não programadas, também chamadas de problemas intratáveis, devem ser deixadas a cargo de subordinados, uma vez que a liderança organizacional não dispõe de tempo necessário para a solução desse tipo de problema.</p>
<p>Processos de tomada de decisão racional são sempre limitados, entre outros fatores, pela capacidade cognitiva do tomador de decisão em questão.</p>
<p>O princípio da exclusividade proíbe que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.</p>
<p>O princípio da não afetação das receitas veda a vinculação de tributos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.</p>
<p>O orçamento incremental tem como base as receitas e despesas ocorridas no período anterior, sobre as quais são feitos ajustes marginais.</p>
<p>O orçamento de desempenho surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 50 do século passado, com o nome de PPBS (<i>Planning Programming Budgeting System</i>), onde foi primeiramente adotado por empresas privadas.</p>
<p>O princípio orçamentário da unidade estabelece que a lei orçamentária anual deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundações e fundos instituídos e mantidos pelo poder público.</p>
<p>O SPOF tem como uma de suas finalidades promover a integração com os demais poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira.</p>
<p>Os órgãos integrantes do SPOF realizam o acompanhamento e a avaliação dos planos e programas respectivos de todos os poderes e órgãos da administração pública federal.</p>
<p>Embora seja admitida para atender despesas imprevisíveis, a abertura de créditos extraordinários depende da indicação dos recursos correspondentes.</p>
<p>Os créditos suplementares previamente autorizados na lei orçamentária anual são abertos por decreto do Poder Executivo.</p>

Os créditos suplementares possuem vigência exclusivamente dentro do exercício financeiro em que são abertos.
O pagamento de restos a pagar processados corresponde a uma despesa orçamentária da entidade.
O servidor declarado em alcance para suprimento de fundos é aquele cujas contas foram prestadas no prazo regulamentar e, em seguida, aprovadas.
A restituição parcial de suprimento de fundos por falta de aplicação recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma anulação de despesa.
Os restos a pagar com prescrição interrompida são as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas cujo direito do credor permaneça vigente.
Os restos a pagar não processados em liquidação são aqueles em que houve o adimplemento da obrigação pelo credor e cujo direito adquirido está em fase de verificação.
Entre os objetos do direito administrativo, ramo do direito público, está a atividade jurídica não contenciosa.
Em razão do princípio da tipicidade, é vedado à administração celebrar contratos inominados.
A finalidade que um ato administrativo deve alcançar é determinada pela lei, inexistindo, nesse aspecto, liberdade de opção para a autoridade administrativa.
Em que pese ocuparem cargos eletivos, as pessoas físicas que compõem o Poder Legislativo são consideradas agentes públicos.
Os empregados das empresas públicas submetem-se ao regime celetista e, por isso, estão fora do rol de agentes públicos.
As autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei e possuem liberdade administrativa, não sendo subordinadas a órgãos estatais.
A descentralização administrativa consiste na distribuição interna de competências agrupadas em unidades individualizadas.
O princípio da impessoalidade está diretamente relacionado à obrigação de que a autoridade pública não dispense os preceitos éticos, os quais devem estar presentes em sua conduta.
Embora não estejam previstos expressamente na Constituição vigente, os princípios da indisponibilidade, da razoabilidade e da segurança jurídica devem orientar a atividade da administração pública.
A competência pública conferida para o exercício das atribuições dos agentes públicos é intransferível, mas renunciável a qualquer tempo.
Por lei, permite-se que a contratação de serviços de limpeza ocorra mediante pregão, desde que atestado que os padrões de desempenho e qualidade desses serviços possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
Por ser vinculado, o poder disciplinar da administração determina que seja aplicada pena de demissão ao servidor que praticar falta grave.
Embora o poder de polícia da administração seja coercitivo, o uso da força para o cumprimento de seus atos demanda decisão judicial.
Na hipótese de rescisão de contrato administrativo de execução de obra, estando esta inacabada, a lei permite que outro prestador de serviços seja contratado mediante dispensa de licitação.
A fim de evitar a anulação de processo administrativo, em regra, deverá ser exigido que os documentos juntados aos autos tenham firmas reconhecidas.

**CARGO 10: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**

<b>REDAÇÃO DO ITEM</b>
A repetição é uma das estruturas de controle básico utilizadas na programação estruturada.
Uma característica marcante da programação estruturada é o uso constante de comandos de desvio, como, por exemplo, o GOTO.

Em algumas linguagens que utilizam a programação estruturada, as variáveis locais, usadas apenas dentro do escopo da função em que são declaradas, não permitem que dados importantes sejam acessados pelas demais funções do programa.

O estado interno de um objeto pode ser alterado por meio de métodos assessores.

O tipo de herança mais eficiente e indicado é a herança de implementação, pois possibilita que uma nova classe reutilize a implementação de outra classe sem a necessidade de se recortar e colar o código de forma manual, tornando o código automaticamente disponível, como parte da nova classe.

Os atributos de um objeto podem ser expostos tanto por meio de um enlace direto a uma variável interna quanto por meio do retorno de um valor por meio de um método.

Um recurso de grande utilidade nesse tipo de programação consiste na possibilidade de um objeto exercer o comportamento de outro objeto.

O comando a seguir concatena corretamente caracteres em PHP.

```
$final = "abc" . "efg";
```

Em HTML5, o valor igual a 2 para o atributo `Socket.readyState` do `WebSocket` indica que a conexão foi fechada.

O serviço Angular JS `$http` é usado para fazer uma chamada Ajax para o servidor.

Os membros de uma classe definidos como `PUBLIC` não podem ser acessados ou usados por nenhuma outra classe.

O código Java a seguir, após ser executado, resultará na apresentação do seguinte trecho: `Java SE`.

```
package questao;

import java.util.HashSet;
import java.util.Set;

public class Questao {
    public static void main(String args[])
    {
        Set<Object> hs = new HashSet<Object>();
        hs.add("Java SE");
        hs.add(new String("Java SE"));
        System.out.println(hs);
    }
}
```

A anotação `@WebService` serve para marcar um método como uma operação de serviço *web* usando Java API para XML Web Services (JAX-WS), versão 2.0 ou superior.

A anotação JPA `@PrimaryKeyJoinColumn` especifica uma coluna de chave primária que é usada como uma chave externa para se juntar a outra tabela.

O resultado da execução do *script* PHP a seguir é *B*.

```
<?php
class A {
    public function call($f, $arg) {
        return static::who();
    }
    static function who () {
        print CLASS;
    }
}

class B extends A {
    static function who() {
        print CLASS;
    }
}
```

```
$b = new B();  
$b->teste();  
?>
```

No padrão MVC, a camada de controle é responsável pelo controle da persistência dos controles da aplicação.

O CodeIgniter é dotado de um filtro Cross Site Scripting.

O comando a seguir lista a raiz de um projeto.

```
svn list <servidor\Caminho>
```

Com fins de garantia da confidencialidade, o uso do algoritmo AES permite cifrar um arquivo com senha, de forma a torná-lo ilegível a terceiros que não conheçam a senha.

Ao se utilizar o mesmo algoritmo de *hash* para verificação de integridade, dois arquivos com nomes diferentes, mas idênticos em termos binários, terão o mesmo resultado de *hash*.

Ao se utilizar um sistema de criptografia assimétrica, deve-se conhecer, no mínimo, a chave pública do destinatário da mensagem; além disso, um usuário pode ter quantas chaves públicas julgar necessárias.

O projeto básico, a ser elaborado pela área demandante, deverá conter modelo de execução e gestão do contrato que contemple a forma de transferência de conhecimento da contratada para o órgão contratante.

O produto de *software* é desenvolvido em iterações; o final de cada iteração é marcado por um ponto de verificação e disponibilização de artefatos que representem o atingimento do marco.

A implementação de um Kanban pressupõe a definição de um fluxo de trabalho pela equipe, o qual poderá ser revisto, mediante a inclusão ou a retirada de estágios, à medida que o trabalho evoluir.

O diagrama de estados é utilizado para representar os diversos estados pelos quais um objeto pode passar ao longo de sua vida em decorrência de qualquer alteração em seus atributos.

Um diagrama de colaboração é uma opção de diagrama quando se tem a necessidade de demonstrar um processo na lógica do programa.